





# CADERNO DE TEXTOS DO 3º MÓDULO

**Unidade Temática: Desenvolvimento Rural Sustentável e  
Solidário**

**4º Curso Estadual de Formação Social em Pernambuco**

**22 a 26 de outubro de 2012, Triunfo/Pernambuco.**



## Ficha Técnica

### CADERNO DE TEXTOS DO 3º MÓDULO

Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário  
4º Curso Estadual de Formação Social em Pernambuco

3



**Fotos:** Acervo da FETAPE.

**Diretoria Responsável**  
Organização e Formação Sindical

**Equipe Pedagógica**  
Ana Paula Albuquerque  
Kátia Celi Ferreira Patriota  
Lucimar Maria de Oliveira  
Maria do Carmo Souza Ramos  
Mônica Katarina Tavares Benevides  
Severino Francisco da Luz – Biu da Luz

**Apoio:** Ana Célia Floriano

Este caderno é composto por documentos coletados no site da Enfoc (Contag); nos arquivos da Fetape e escritos pela Assessoria da Federação.



## Relação da Diretoria

**Doriel Saturnino de Barros**

Diretor Presidente

**Maria Aparecida de Melo (Mulica)**

Diretora Vice-Presidente

**Adelson Freitas Araújo**

Diretor de Organização e Formação Sindical

**Cícera Nunes da Cruz**

Diretora de Finanças e Administração

**Paulo Roberto Rodrigues dos Santos**

Diretor de Política Salarial

**Israel Crispim Ramos**

Diretor Política Agrícola

**Eraldo José de Souza**

Diretor Política Agrária

**Maria Severina de França (Silvia)**

Diretora de Política Para as Mulheres

**Adriana do Nascimento Silva**

Diretora de Política para a Juventude

**José Rodrigues da Silva**

Coordenação da 3ª Idade:

**Antônio Francisco da Silva (Ferrinho)**

Coordenação de Meio Ambiente:



## Sumário

Apresentação.....	6
1. Desenvolvimento: Um Conceito com Múltiplas Dimensões.....	7
2. Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil.....	11
3. Desenvolvimento Sustentável em Pernambuco.....	24
4. Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável – PADRSS.....	27
5. Economia Solidária.....	35
6. Territorialidade.....	63



## Apresentação

*A educação autêntica, não se faz de A para B ou de A sobre B, mas de A com B, mediatizados pelo mundo. Mundo que impressiona e desafia a uns e a outros, originando pontos de vista sobre ele. Visões impregnadas de anseios, de dúvidas, de esperanças ou desesperanças que implicam temas significativos, à base dos quais se constituirá o conteúdo programático da educação.*  
**Paulo Freire**

6

**Caros (as) Educando (as),**

Este Caderno de Textos se propõe a apoiá-los (as) no 3º Módulo da 4ª Turma do Curso Estadual de Formação Social em Pernambuco, com textos para qualificar o processo formativo.

Desejamos que, além de subsidiá-los ao longo da jornada formativa, este caderno sirva de material de consulta para fortalecer também a prática de nossa ação sindical, considerando que a semana do curso se constitui em apenas um das partes deste riquíssimo processo.

Cabe destacar que a construção deste documento é o resultado do esforço da Diretoria de Organização e Formação Sindical em conjunto com a Equipe Pedagógica, que planejou também todo este módulo, com a Rede de Educadores (as), agregando os seus conhecimentos ao processo formativo no estado de Pernambuco.

Este Curso tem como **Eixo Temático:** Ação Sindical e Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, **Unidade Integradora** – Campo, Sujeito e Identidade e **Unidades Temáticas:** Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, como **Eixos Pedagógicos:** Memória e Identidade e Pedagogia para uma nova sociabilidade.

Este Caderno está subdividido em nove capítulos, com textos alinhados a Unidade Temática do 3º Módulo.

Tomados por um sentimento de ensinar e aprender mutuamente, em uma pedagogia em que o esforço para que os diversos saberes se agreguem como nos sugeriu Paulo Freire e além de se tratar do último Módulo desejamos ampliar as iniciativas qualificando as nossas ações, e que todo esse percurso deixe sementes frutíferas para todos (as).

Bons Estudos!

**Adelson Freitas Araújo**  
**Diretor de Organização e Formação Sindical**

## 1. Desenvolvimento: Um Conceito com Múltiplas Dimensões

Paulo Cangassú André<sup>1</sup>

A idéia de desenvolvimento ganhou uma maior atenção dos cientistas sociais a partir do século XX, entretanto as primeiras noções relacionadas ao tema são bem mais antigas. Foi com o Iluminismo que esse tema ganhou características comuns à noção de desenvolvimento que temos atualmente, ou seja, a noção de desenvolvimento com princípios éticos de igualdade.

As mudanças ocorridas com a Revolução Industrial fortaleceram uma classe de capitalistas que naquele período demandavam maiores liberdades. Devemos compreender liberdades no sentido puramente comercial, pois os interesses capitalistas representavam nada mais que a liberalização do comércio.

Esta revolução influenciou a várias outras revoluções burguesas pelo mundo como, por exemplo, a Revolução Francesa de 1789. Revoluções que levaram ao fim do regime mercantilista e início do capitalismo-liberal na Europa Ocidental.

Não existe um ponto na história que determine esta passagem, os ingleses a fizeram ainda no século XVIII, os Russos somente em 1917 e atualmente existem regiões pobres da África e Ásia que ainda vivem em um sistema parecido com o feudal.

Com a expansão do capitalismo pelo mundo, a idéia de desenvolvimento foi evoluindo e ganhando múltiplas dimensões. Estas dimensões são: a normativa (1), sociológica (2) e econômica (3).

### **Desenvolvimento: Dimensão Normativa**

A (1) dimensão normativa busca explicar como a ordem social deveria ser, e não como esta é de fato. Destaca-se desta dimensão, a idéia de justiça distributiva, ou seja, como devem ser repartidos os produtos da sociedade entre seus membros, que princípios devem ser adotados para a realização desta distribuição e se alguma diferença social deve ser aceita.

Existem três principais proposições igualitárias: as proposições utilitaristas, a teoria da justiça de Rawls e as proposições de Amartya Sen.

No sentido Econômico, o utilitarismo pode ser entendido como um princípio ético no qual se determina uma decisão ou ação é correta, e o benefício intrínseco exercido à coletividade, ou seja, quanto maior o benefício, tanto melhor a decisão ou ação.

A teoria da justiça de Rawls é extremamente influente no meio acadêmico e praticada por vários países. Essa teoria busca explicar como é possível alcançar uma sociedade justa. Questionando se a sociedade para alcançar este objetivo deve distribuir seus bens, qual é a maneira eticamente correta de o fazer.

A teoria de Rawls é uma reação ao pensamento utilitarista clássico. Para ele mesmo que o utilitarismo conduza a uma noção correta de igualdade, essa teoria comete o erro de não atribuir valor intrínseco à igualdade, mas apenas valor instrumental. Isso quer dizer que

---

<sup>1</sup> Economista, Especialista em Estudos Diplomáticos

os utilitaristas não davam valor a igualdade por si só, mas por que esta poderia produzir um maior nível de felicidade (bem-estar).

Segundo Amartya Sen, "Vivemos um mundo de opulência sem precedentes, mas também de privação e opressão extraordinárias. O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de cidadão".

Sua maior contribuição é mostrar que o desenvolvimento de um país está essencialmente ligado às oportunidades que ele oferece à população de fazer escolhas e exercer sua cidadania. E isso inclui não apenas a garantia dos direitos sociais básicos, como saúde e educação, mas também segurança, liberdade, habitação e cultura.

### **Desenvolvimento: Dimensão Sociológica**

A (2) dimensão Sociológica diz respeito ao papel que o evolucionismo, o organicismo e a idéia de progresso exerceram durante a história na análise da mudança nas sociedades ditas modernas do ocidente.

Desta forma o desenvolvimento social numa visão mais ampla, refere-se a três características adicionais. A primeira é direcional, ou seja, os estados do desenvolvimento são únicos, e não se repetem em quaisquer outros estados.

Segunda, em qualquer instante posterior do estado, ele se apresenta em um nível mais elevado que o anterior que lhe aproxima de certo estado global indicado. A terceira os países são estimulados por tendências endógenas do sistema.

### **Desenvolvimento: Dimensão Econômica**

A (3) dimensão econômica trata basicamente da valorização do capital como fator essencial para o desenvolvimento.

Os economistas clássicos como Adam Smith (1723 – 1790) passando por David Ricardo (1772 – 1823) e outros até chegar a Karl Marx (1818 – 1883), basicamente dedicaram à Teoria do Valor-Trabalho.

A Teoria do valor-trabalho é uma teoria econômica associada a Adam Smith e a David Ricardo. Traça uma relação entre o trabalho e o seu respectivo valor monetário, e encontra-se inserida no pensamento de Marx no livro O Capital.

Com a crise de superprodução de 1929, os economistas perceberam que o sistema não era perfeito assim como afirmava Smith e Ricardo e algo deveria ser feito para que os movimentos influenciados pela teoria Marxista não derrubassem o capitalismo e implantassem o comunismo Leninista.

Após a crise de 1929, os formuladores de políticas saíram em busca de uma teoria que evitasse o fim do capitalismo. Teriam que encontrar uma teoria que possuísse um grau de persuasão com respeito à política pública como a de Smith, com uma espécie de análise rigorosa que inspirasse o capitalista dedutivo, assim como as teorias de Ricardo, e também atraíssem seguidores como a de Marx.

Foi então que ganharam força as teorias escritas por John Maynard Keynes, o criador da Macroeconomia e o mais influente economista do século XX.

Sua análise se dá do lado da demanda (Demanda Agregada) e não pelo lado da oferta como os teóricos clássicos analisavam. Assim ele determinou que a Demanda Agregada era a soma de tudo que era consumido (C) e investido (I) pelas famílias, mais o consumido pelo governo (G) e os saldos líquidos de exportação (X-M). Isso representaria o produto da economia (Y).

O crescimento econômico, portanto deveria ser de curto prazo, através da interferência do governo que entraria no mercado consumindo além de suas receitas para elevar a Demanda Agregada e assim estimular o consumo e o investimento.

Paralelamente a Keynes, e não menos importante, Joseph Alois Schumpeter desenvolveu sua teoria do desenvolvimento econômico onde em 1911 publicou seu livro também intitulado “Teoria do Desenvolvimento Econômico”. Assim como os clássicos, ele colocava em destaque o dinamismo da oferta, dedicando uma atenção ao papel do crédito bancário como estímulo do consumo.

Ele também chama a atenção para o papel do empresário inovador, pois este é o responsável pelas inovações que tiram a economia de um fluxo circular de equilíbrio onde se geram apenas lucros normais.

Para que sejam gerados lucros extraordinários eram necessárias inovações como a introdução de um novo produto, a descoberta de um novo método de produção, a abertura de um novo mercado nacional ou no exterior, a descoberta de uma nova fonte de matéria-prima ou a organização de qualquer uma nova indústria. O responsável por tudo isso seria o empresário inovador capaz de realizar com eficiência as novas combinações.

Shumpeter diz que além da redução gradativa de novas oportunidades para o investimento, no longo prazo, a sobrevivência do capitalismo fica ameaçada pelo surgimento de outros fatores. Desse modo, o sistema capitalista chegaria ao fim, sendo substituído pelo socialismo.

No entanto o que chegou ao fim foram às políticas Keynesianas, o que abriu espaço para as políticas neoclássicas (neoliberais), logicamente baseadas no pensamento clássico.

No Brasil as teorias neoclássicas só ganharam força no mundo acadêmico a partir de 1980 e no mundo político estas teorias só foram colocadas em prática a partir de 1990 com a eleição de Collor.

Com o passar dos anos, estas políticas se mostraram ineficientes e incapazes de atender às novas demandas da sociedade, a prova concreta da insatisfação da população brasileira veio com a eleição e reeleição do Presidente Lula.

Pessoalmente, defendo que o desenvolvimento não significa apenas aumento do estoque de capitais de uma economia, isso dificilmente alguns discordará, contudo este consiste em um fator fundamental para o desenvolvimento.

Existem outras condições para o desenvolvimento econômico ligados basicamente a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.



Desenvolvimentos pressupõem, em primeiro lugar e de forma fundamental, a distribuição de renda, saúde e educação de qualidade, combinados com crescimento econômico para garantir níveis de bem-estar mais elevados.

Atualmente outro fator chama a atenção da sociedade como variável do desenvolvimento, trata-se da questão ambiental. Está mais do que comprovado que nosso planeta não aqueça mais um crescimento desenfreado e predador. É preciso avançar em inovações tecnológicas que possibilitem desenvolver sem maiores degradações ambientais.

## 2. Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil

**Matrizes estruturadoras do desenvolvimento no Brasil: concepções e contexto histórico brasileiro<sup>2</sup>**

Vilênia Venâncio Porto Aguiar<sup>3</sup>

Nesse texto procurarei trazer alguns elementos que nos auxiliem a reflexão e a compreensão das matrizes estruturadoras do desenvolvimento no Brasil para podermos, posteriormente, analisar o contexto atual em que se insere o debate e o embate sobre projetos de desenvolvimento, projeto de nação e a construção de cenários na perspectiva de um Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. Para cumprir esse objetivo o texto será dividido em três partes. Primeiramente, farei um resgate histórico e conceitual da temática “Desenvolvimento” para que possamos compreender como a reivindicação de um desenvolvimento rural sustentável e solidário se insere e se impõe no cenário político. Em segundo lugar, procurarei trazer alguns elementos que caracterizam “o Brasil rural”. E por fim, tentarei destacar as principais concepções de desenvolvimento que se encontram em disputa no cenário nacional, e mais alguns elementos que nos ajude a compreender a dinâmica desse campo de disputa política e a possibilidade de construção de um cenário mais favorável a efetiva construção de um desenvolvimento rural que seja sustentável e solidário.

**1ª PARTE:** O que é desenvolvimento? Por que ele é, em geral, definido como crescimento econômico? Por que o desenvolvimento ocorre de forma diferenciada entre as regiões e em certos territórios? Por que o debate sobre o desenvolvimento rural ganha espaço, principalmente, nos anos 90?

A etimologia da palavra desenvolver (des + envolver) tem o significado de “tirar o que envolve”. O prefixo “des” denota negação e assim atribui à palavra um forte significado de ruptura. Em outras palavras poderíamos até mesmo afirmar que não existe desenvolvimento sem rupturas. Essas, por sua vez, são determinadas pelo entendimento do que seja desenvolvimento e de como alcançá-lo.

Portanto, em última instância, são as concepções que se tem acerca do desenvolvimento de um país que irão orientar as ações e as políticas de desenvolvimento em uma ou outra direção, bem como as rupturas necessárias para alcançá-lo. Vejamos o caso do Brasil.

Há pelo menos três momentos em que a palavra *desenvolvimento* esteve presente nos discursos de políticos, intelectuais e movimentos. No início do século, na virada da república velha, anos 20, anos que antecederam a revolução de 30; depois na década de 50/60 e por fim, nos anos 90 com a crise do modelo urbano industrial que se aguçou nos anos 80.

<sup>2</sup> Texto produzido para subsidiar a discussão do 2º módulo do curso nacional de formação político sindical da Escola Nacional de Formação da CONTAG.

<sup>3</sup> Mestre em Sociologia pela UFPB, Consultora e Educadora Popular.



Vejam que são três momentos caracterizados por crises e marcados pela construção/ ruptura do Estado desenvolvimentista<sup>4</sup>.

O início do século XX se caracterizou por período em que houve a crise do pacto oligárquico, a crise da política dos governadores, uma crise política manifesta nos dois maiores conflitos no campo (Canudos – 1896-1897 e Contestado -1912/1916) e logo depois nós vamos ter a grande crise econômica, a grande crise internacional, a crise do café, e, em 30, teremos a centralização do governo, onde o Estado ganha um forte poder pra controlar as políticas regionais. É o início do *Estado desenvolvimentista*, que vai de Vargas aos governos militares.<sup>5</sup>

12

No pós-30, o Estado Desenvolvimentista consolida as principais infra-estruturas estratégicas nacionais e, com isso, assume o papel de principal artífice da construção da nação. Lembre-se que era em torno dessa questão que gerava a discussão intelectual da virada do século. Parte da intelectualidade apontava a necessidade de termos um governo forte, elites bem formadas e um governo autoritário, para forjar a nossa existência como povo, ou seja, a nossa identidade. Só a título de exemplo, Gilberto Amado, deputado federal e escritor, quando assume a sua cadeira em 1916 afirma: “povo propriamente não temos, pois politicamente a população do Brasil não tem existência.” E assim defende a constituição de um governo forte, autoritário. Ora na verdade se questiona o Brasil enquanto sociedade política, a qual para se constituir enquanto tal necessitava de um poder capaz de coordenar todos aqueles que se encontrava em determinado espaço, o que justificava a constituição de um governo autoritário.

O território assumiu importância nesse período como espaço próprio do Estado-Nação, predominando a noção de Estado territorial, onde território é compreendido como espaço de intervenção exclusiva de um poder soberano. A necessidade de se fazer forte negou ou eliminou pela força a existência das muitas territorialidades (e, portanto das identidades plurais) com o qual o poder soberano convive. O Estado atuava seguindo um modelo hegemônico e autoritário fundado na idéia de unidade nacional. Grosso modo, essa idéia , como dissemos, perdurou até os governos militares.

A discussão acerca do desenvolvimento do país volta ao discurso de políticos, intelectuais, movimentos nos anos 50 e depois nos anos 90. Nesses dois períodos a noção de “desenvolvimento” aparece como *idéia-força*, nos dizeres de Zander Navarro<sup>6</sup>, ela atrai

<sup>4</sup> O Estado desenvolvimentista ou modelo nacional-desenvolvimentista é um modelo construído a partir de uma forte intervenção estatal para estimular a industrialização nos países que tardiamente iniciaram o desenvolvimento. A sua construção, no Brasil, teve início com o governo de Getúlio Vargas, em 1930 e se estendeu até os anos 80, quando entrou em crise. Nesse modelo, o Estado assume as rédeas do desenvolvimento, exercendo forte intervenção na economia - que tem como base o crescimento da produção industrial e da infra-estrutura -, através de um planejamento centralizado e de políticas intervencionistas, tornando-se, assim, o maior promotor e indutor da modernização e do desenvolvimento<sup>4</sup>. Em outras palavras, o poder estatal financia o desenvolvimento do país. Destacam-se os Planos Nacionais de Desenvolvimento: Plano de Metas de JK, Plano Trienal de João Goulart e os diversos PND's dos governos militares); a criação de um forte aparato estatal (agências governamentais) para planejar e implantar as políticas territoriais (Banco de Crédito da Amazônia (1950), CVSF (1948), BNB (1953), SUDENE (1959), SUDAM (1966), SUDECO (1967).

<sup>5</sup> Aspásia Camargo refere-se ao Estado desenvolvimentista brasileiro como sendo, em uma primeira fase o Estado de *Vargas com Vargas*, depois o de *Vargas sem Vargas* (o de Juscelino Kubitschek) e finalmente o de *Vargas contra Vargas* (o da ditadura militar). Cf. Camargo, Aspásia. *A Federação Acorrentada: Nacionalismo Desenvolvimentista e Instabilidade Democrática*. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getúlio Vargas.

<sup>6</sup> Navarro, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. In: Estudos Avançados. Vol.15 nº. 43, São Paulo Setembro/Dezembro, 2001

interesse, é intensamente discutida, orienta programas governamentais, instiga debates intelectuais, mobiliza grupos sociais. O tema “desenvolvimento” adentra o campo da política, permeia e determina o jogo das disputas sociais.

Os anos 50 marcam um momento interessante na discussão acerca do desenvolvimento. Foi particularmente no pós-guerra que essa idéia trazia a possibilidade de progresso (material) e crescimento ilimitado, idéia que se constituiu como fundamento da sociedade industrial ocidental. Aqui havia uma compreensão otimista acerca do “desenvolvimento”, que se tornou um dos grandes motores das políticas governamentais: Quem não se lembra da celebre frase de Juscelino Kubitschek: “cinquenta anos em cinco”. Pretendia desenvolver o país cinquenta anos em apenas cinco de governo, através de um plano de desenvolvimento que consistia no investimento em áreas prioritárias para o desenvolvimento econômico, principalmente, infra-estrutura (rodovias, hidrelétricas, aeroportos) e indústria. Aliás, foi no governo JK que o Brasil experimentou um momento de forte expansão do seu desenvolvimento, a partir da formação do tripé Estado, Empresas Estrangeiras e Empresas Nacionais.<sup>7</sup>

Vale lembrar que assim como a virada do século foi marcada por conflitos no campo, os anos 50 até início dos anos 60 também o foi: temos assim, em Teófilo Otoni a revolta de Malacacheta em 45/48; no início da década de 50 a revolta de Trombas e Formoso que se estendeu por toda a década; ainda em 50 temos a guerrilha de Porecatu no Paraná, aí também a revolta de 57. Temos também as ligas camponesas no NE e por aí vai. Esses conflitos colocam a discussão acerca da Reforma Agrária - durante toda a década de 50 e início dos anos 60 - no cerne da discussão sobre projeto de desenvolvimento. A questão era: seria possível o Brasil atingir um desenvolvimento desejável sem a realização de uma Reforma Agrária? O Governo militar mostrou que sim. Alias, o golpe de 64 identifica-se como um movimento político-militar conservador, em oposição às “reformas de base”<sup>8</sup> nacional-populistas (sendo a Reforma Agrária a mais temerosa) e à participação política de setores populares, tradicionalmente excluídos do pacto de poder.

Houve um grande investimento dos governos militares em políticas modernizadoras visando o desenvolvimento. Ora para os militares o desenvolvimento econômico do Brasil estava ligado à industrialização. Com eles a idéia de progresso, via industrialização, ganhou força como necessidade para viabilizar o desenvolvimento nacional. Nesse período houve um atrelamento muito intenso ao capital estrangeiro e o

<sup>7</sup> Cf. Desenvolvimento brasileiro: notas de aula, in: <http://www.centrocelsofurtado.org.br>. Aula inaugural proferida por Maria da Conceição Tavares, no dia 28 de agosto de 2007, no curso “Desenvolvimento Brasileiro” organizado pelo Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento.

<sup>8</sup> As crises políticas da década de 1950 e início da década de 1960 (com a renúncia de Jânio Quadros e a posse de Goulart) revelavam sinais de esgotamento do modelo econômico. João Goulart tomou posse no dia 7 de setembro de 1961 e poucas semanas depois falou perante o II Congresso de Assembleias Legislativas, que o caminho que adotaria para superar a crise econômico-financeira seria “Mobilizar todas as forças (do país) no sentido de acelerar as reformas.”. Para resolver os impasses estruturais da crise, o governo apresentou o programa de “reformas de base” de caráter inteiramente reformistas (administrativa, bancária, fiscal e agrária). Medidas como a mobilização sindical, a redistribuição da renda, a reforma agrária, a Lei de Remessa de Lucros e o congelamento de aluguéis criaram uma grande “frente” de oposição, deixando o governo com o apoio frágil (porque desorganizado) dos sindicatos de trabalhadores e de grupos minoritários nas forças armadas e outros setores profissionais.

desenvolvimentismo configurou-se enquanto dependente de um modelo internacional. Adotou-se critérios da racionalidade econômica através da intervenção autoritária do Estado e da plena adoção, para isso, da idéia de planejamento. O modelo de desenvolvimento adotado baseava-se na substituição de importações com a infra-estrutura fornecida por empresas estatais. As políticas de desenvolvimento regional fundamentaram-se num paradigma que ressaltava que a expansão econômica se manifestaria, programada ou espontaneamente, a partir de alguns setores dinâmicos geograficamente aglomerados – pontos ou pólos de desenvolvimento e se disseminaria, posteriormente, para o restante do país, de modo que assim seria possível fomentar o desenvolvimento nas regiões e reduzir as disparidades regionais.

Coube ao governo militar modernizar a agricultura brasileira, ou em outras palavras *industrializar* o campo brasileiro. Adotou-se, então um modelo agrícola, assentado nos princípios da *Revolução Verde*, que teve por objetivo a obtenção de ganhos de produtividade, através da incorporação de “novos fatores de produção”, destacando-se aí o uso de sementes melhoradas, de adubos químicos, dos agrotóxicos e da maquinária agrícola. Este padrão tecnológico, denominado de agroquímico, foi mais adequado ao sistema de organização da produção na grande propriedade agrícola (patronal), em detrimento dos sistemas de produção familiares ou tradicionais.

O modelo de desenvolvimento adotado foi criticado pelos efeitos perversos que promoveu, ficando conhecido como “*modernização dolorosa*”. Modernização que a despeito das promessas não conseguiu reduzir a pobreza, mas ao contrário, aumentou as disparidades sociais, levando Celso Furtado a falar no mito do *desenvolvimento econômico*.

A concepção de desenvolvimento, a partir da qual o Estado desenvolvimentista orientou as suas ações e as suas políticas, identificava desenvolvimento com crescimento econômico, tecnológico e urbano. Nessa perspectiva o rural estava relacionado à idéia de atraso. Assim, era necessário modernizar o campo, industrializá-lo. Por isso, a opção feita pelo governo brasileiro, sobretudo pelos governos militares, foi o desenvolvimento agrícola, sinônimo de crescimento da produção e produtividade agrícola, via modernização da agricultura, que passa a ser pensada enquanto um setor da economia.

Os papéis que a agricultura e o meio rural desempenharam, no Brasil, ao longo do processo de modernização estiveram balizados pela predominância do setor urbano-industrial. Esta perspectiva informava uma dicotomia rural-urbano, que considerava o urbano como “locus” das atividades não agrícolas, ou seja, indústria e serviços; e que atribuía ao rural as atividades propriamente agrícolas. *O meio rural era visto como espaço de produção e não como espaço de desenvolvimento.*

Todo esse processo gerou uma acentuada disparidade regional no mundo rural, evidenciando-se contradições entre regiões com elevados índices de modernização e outras extremamente retardatárias. As desigualdades sociais também foram acentuadas e os chamados efeitos perversos da modernização da agricultura tornaram-se cada vez mais evidente: expansão de monoculturas e pecuária em grandes extensões de terras; concentração de terra, concentração de renda, êxodo rural, super-exploração dos empregados rurais,

degradação ambiental, destruição de recursos naturais, intoxicação e morte de trabalhadores (as) etc. A forma com que as forças políticas encaminharam a questão agrícola (o que e quanto produzir) agravou, nos dizeres de Graziano da Silva <sup>9</sup> a questão agrária (como e quem produz), e não contribuiu com o desenvolvimento rural.

Este modelo começou a dar sinais de esgotamento já na década de 70 e resultou em uma crise<sup>10</sup> de enormes proporções na década de 80, a chamada década perdida, ao longo da qual se expande o discurso neoliberal. É, inclusive, a partir dessa década que a crise da agricultura passa a fazer parte do discurso dos mais diferentes setores e agentes envolvidos nessa problemática. Fala-se insistentemente a linguagem da crise, que se estende aos anos 90. E nesse contexto, emergiu a necessidade da construção de novos modelos de desenvolvimento para agricultura brasileira, que viabilizassem a sua superação. Assim, os movimentos sociais rurais e alguns estudiosos passaram afirmar que o desenvolvimento agrícola não leva, necessariamente, ao desenvolvimento rural. O fato é que os impactos negativos do modelo modernizante, baseado nos princípios da *Revolução Verde*, ao se fazer sentir colocou a necessidade de se propor alternativas que tivessem no seu campo de preocupações, não somente os aspectos econômicos, mas que contemplassem fundamentalmente as variáveis sociais, culturais e ambientais, sem as quais tornar-se-ia praticamente impossível a conformação de um modelo sustentável ao longo do tempo. É nesse contexto que se insere o Projeto CUT/CONTAG de formação **Projeto CUT/CONTAG** de Pesquisa e **Formação** Sindical, realizado em 1996, que buscava reorientar a política de organização sindical a fim de torná-la apta a instrumentalizar a construção de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural. Veja que, principalmente, na primeira metade da década de 90 estamos vivenciando o enfoque neoliberal das políticas das políticas adotadas pelo Governo Collor, um enfraquecimento do papel do Estado na condução das políticas e a retirada do desenvolvimento rural das cenas de discussões. Este foi inserido, ainda no primeiro governo FHC, pela força e pressão dos movimentos sociais, destacando-se a atuação do movimento sindical. Assim, temos o reconhecimento da agricultura familiar como ator político, a partir da institucionalização do Pronaf em 1996 e da criação do MDA em 1999, A agricultura familiar passa a ser então, objeto das políticas de desenvolvimento para o meio rural e adentra o cenário político confrontando o seu projeto de desenvolvimento rural com outros projetos, negociando, pressionando, produzindo adesões e contraposições a fim de gerar novas alternativas sociais para o campo brasileiro.

**2ª PARTE:** Qual o desenho do Brasil rural, hoje? Em que cenário ele aparece e como aparece?

**Um cenário de crise.** O modelo de desenvolvimento hegemônico no mundo, baseado nos princípios do neoliberalismo continua a ser questionado e cada vez mais dá sinais de esgotamento, evidenciado, mais recentemente, primeiro, pela constatação que o mundo

<sup>9</sup> Silva, José Graziano da. A Modernização dolorosa. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1982.

enfrenta uma crise alimentar<sup>11</sup> (e aqui o questionamento recai, especialmente, sobre o modelo agrícola hegemônico); e, segundo, pela eclosão de uma das maiores crises econômica mundial. Tais questionamentos têm igualmente acentuado o debate acerca do desenvolvimento das sociedades humanas. Alguns analistas prevêem uma intensificação das lutas sociais; outros observam um momento favorável ao fortalecimento de modelos de produção familiar de base agroecológica.

Em relação ao Brasil, temos que ele tem retomado, ainda que modestamente, o crescimento econômico e tenta recuperar a sua capacidade de indução do desenvolvimento, buscando, para isso, promover uma agenda orientada para a redução das desigualdades sociais e econômicas. Nessa perspectiva destacam-se as políticas e programas de inclusão social e distribuição de renda: Bolsa Família, Bolsa Escola, Fome Zero e mais recentemente criação do Programa Territórios da Cidadania. Entretanto, as desigualdades sociais e regionais persistem<sup>12</sup>, ainda que tenham sido reduzidas e um indicador dessa redução é a constatação do aumento do consumo de segmentos econômicos menos favorecidos da população brasileira, principalmente no Norte, Nordeste, mostrando que as populações de baixa renda, vêm conquistando uma ampliação da sua renda.

Em relação ao desenvolvimento rural, **o padrão hegemônico do modelo agrícola, ainda é baseado no agronegócio**, em que pese os impactos negativos desse modelo. Do ponto de vista das políticas públicas governamentais o que se observa é a coexistência de um lado, de políticas governamentais de incentivo à agricultura familiar e à construção de um desenvolvimento em bases sustentáveis; e, de outro, políticas de apoio ao agronegócio e à grande produção. Assim temos a implementação de políticas voltadas para a agricultura familiar, a exemplo do PRONAF, provocando um aumento e maior diversificação da agricultura familiar. Mas, ao mesmo tempo uma ênfase nas políticas públicas de apoio ao agronegócio, resultando na expansão das culturas de exportação, especialmente da soja, cana e gado na Amazônia.

Em relação ao espaço nacional, propriamente dito, reconhece-se a **presença marcante do rural no território brasileiro**, não apenas em razão dos 30% da população brasileira que habita os espaços rurais, mas também por que a grande maioria dos municípios (mais de 80% se considerarmos aqueles com menos de 50.000 habitantes) é considerado municípios rurais, por manterem características próprias desses espaços: relações de proximidade e inter-conhecimento, dependência em relação aos processos naturais, além de ter grande parte da vida social, econômica e cultural dinamizadas pelas atividades rurais. No Brasil, os municípios rurais ainda apresentam um predomínio da atividade agrícola e suas mais variadas combinações (extrativista, agroflorestal e artesanal) e atividade industrial pouco desenvolvida. Apresentam ainda uma infra-estrutura precária: carência de transporte, estradas

<sup>11</sup> Uma das explicações para a crise alimentar tem sido o aumento do preço dos alimentos causado pelo aumento de consumo e do preço de petróleo, por problemas climáticos, a utilização do etanol de milho nos EUA e pela especulação no mercado de *comodities*, afetando os países mais pobres e de um modo geral as populações de baixa renda.

<sup>12</sup> Ainda em relação às desigualdades, é importante compreendê-las também como **Heranças históricas**. O Brasil é resultado de um processo histórico de formação econômica, social, cultural e política fundada na grande propriedade, de riqueza e do uso dos recursos naturais; na escravidão; numa economia direcionada para fora, fornecedora de matéria-prima; e no sistema patriarcal, raiz das mais diferentes formas de desigualdades sociais (gênero, geração, étnicas, raciais) política, o uso da dominação política até hoje é usada por parte das oligarquias tradicionais.

em condições precárias, postos de saúde inexistentes ou pouco estruturados, ausência de espaços de lazer, e em muitos casos as comunidades rurais se encontram isoladas de centros urbanos maiores etc.

Além disso, **o rural revela-se e tem sido reconhecido como um espaço plural**. O rural no Brasil são rurais, ou melhor, o espaço rural expressa diferentes ruralidades.<sup>13</sup> Isto é, apresenta uma diversidade de ecossistemas, de segmentos sociais com diferentes identidades, conformando diferentes territórios, que se relaciona com a natureza (os biomas, os recursos naturais, os agroecossistemas) de forma diferenciada e estabelecem rede de relações próprias com o mercado, com o Estado, com o urbano e com os demais setores da sociedade.

**O espaço rural brasileiro é marcado pela concentração de terras.** A estrutura fundiária concentrada, impede o acesso de muitas famílias à terra, inclusive muitos jovens, filhos e filhas de agricultores migram por falta ou insuficiência de terra. É bom lembrar que na última década foram assentadas aproximadamente 800.000 famílias e a concentração da propriedade da terra no Brasil continua sendo uma das mais elevadas do mundo, sendo superior, inclusive, à concentração da renda.

**O rural brasileiro é marcado também pela manifestação de conflitos,** resultantes dos impactos dos grandes projetos, como as obras de transposição do Rio São Francisco e a construção de barragens, hidrelétricas e estradas; da expansão agrícola em grandes latifúndios; das atividades madeireiras; da produção de carvão vegetal; das atividades de mineração; da invasão de fazendeiros em áreas públicas, terras indígenas, territórios quilombolas, e reservas florestais; da falta de reconhecimento do direito dos povos indígenas e comunidades tradicionais aos seus territórios e da disputa dos recursos e da inacessibilidade à terra.<sup>14</sup>

**Presencia-se no meio rural, a migração, especialmente de jovens, e, dentre esses, mulheres, para centros urbanos maiores** em busca de oportunidades para desenvolver seus próprios projetos (de vida), para buscar uma vida melhor, para ter acessos aos estudos (ensino técnico e superior). A migração desses/dessas jovens muitas vezes encontram-se relacionada à falta de autonomia e liberdade na unidade familiar, a não participação na tomada de decisões, a exclusão da herança da terra e, especificamente, no caso das jovens, a condição da mulher no campo. A saída de mulheres, sobretudo as jovens, tem levado a **masculinização** de algumas regiões e tem revelado que as relações desiguais de gênero é característica marcante dos espaços rurais.

Do ponto de vista simbólico e mesmo ideológico é **forte a representação negativa do “rural” e a valorização do “urbano”**, reforçada pela penetração de padrões de consumo urbanos, pela influência da mídia/ televisão e pela ausência de uma política de educação apropriada às diversas realidades.

<sup>13</sup> Cf. Wanderley, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno; por um pacto social pelo desenvolvimento rural.. In: Norma Giarracca. (Org.). Una nueva ruralidad en America Latina?. Buenos Aires: CLACSO, 2001, v., p. 31-44.

<sup>14</sup> A Amazônia, particularmente, tem sido palco de constantes e intensos conflitos.

### **3ª PARTE – quais as principais concepções de desenvolvimento que se encontra em disputa no cenário nacional?**

Grosso modo, duas concepções de desenvolvimento estão colocadas hoje no cenário nacional, com estratégias próprias, evidenciando uma disputa por modelos de desenvolvimento rural com envolvimento de diferentes segmentos/classes. De um lado temos modelos de desenvolvimento representados pelo agronegócio brasileiro<sup>15</sup>: e, de outro, um modelo sustentável baseado na produção agroalimentar de base familiar e diversificação agroecológica<sup>16</sup>.

Na atual conjuntura, estamos assistindo as atividades agropecuárias sob forma de agronegócios serem cada vez mais controladas por conglomerados econômicos que atuam em escala mundial determinando o que, quanto, como e onde devem ser produzidos e comercializados os produtos de origem vegetal e animal, sendo este talvez um dos setores com maiores perspectivas de crescimento neste novo milênio. O agronegócio é associado a grandes plantações e culturas (soja, cana, café, criações de frango, café, algodão, soja, laranja, cacau, camarão em cativeiro, além da pecuária intensiva. entre outras), a grande propriedade e a utilização de alta tecnologia. Ele tem controlado cadeias produtivas que abrangem as esferas da produção e circulação dos produtos agropecuários com os quais lidam, detendo assim o domínio do mercado de insumos (sementes, herbicidas, fertilizantes ...); das técnicas e tecnologias de produção (desde máquinas e implementos agrícolas, até pesquisas científicas em áreas como genética e biotecnologia, entre outras); dos sistemas de financiamento; das indústrias de beneficiamento; dos sistemas de transporte; das redes de comercialização. A forma de crescimento preponderante do agronegócio tem sido a monocultura em larga escala, favorecendo a exportação e o ingresso de dólares no país. E mais: esses conglomerados econômicos têm enorme poder de influência sobre órgãos internacionais como Organização Mundial do Comércio – OMC – que define regras para comércio de produtos agrícolas no mundo. Tem uma forte representação no parlamento brasileiro, através da qual alterar legislações, aprovar medidas governamentais e projetos favoráveis ao setor.

Mas o avanço do agronegócio<sup>17</sup> tem sido marcado por contradições: ele é marcado pelo aumento de condições sub-humanas de trabalho, por conflitos de terra e pelo forte impacto que causa ao meio ambiente. Dados da CPT<sup>18</sup> indicam que 52% dos trabalhadores

<sup>15</sup> A interlocução desse modelo é feita pela ABAG. A ABAG é uma entidade que agrega diversos setores ligados à produção agropecuária, abrangendo não apenas os segmentos responsáveis pela atividade produtiva propriamente dita, como também aqueles relacionados à produção de insumos e armazenamento, processamento, distribuição e financiamento de produtos agrícolas, além de empresas diretamente e profundamente ligadas ao capital financeiro. Temos aí representadas a Sociedade Rural Brasileira (SRB), Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), além de algumas Federações e Cooperativas Estaduais de Agricultura. Contudo, o núcleo central dessa mega associação consiste, precisamente, em grupos empresariais, tais como Sadia, Agrocere, Abrasem, Cargill Agrícola S/A, Bunge Alimentos S/A, Bunge Fertilizantes S/A e Monsanto, dentre várias outras, perfazendo um total de 59 empresas – em sua maioria estrangeiras –, boa parte das quais representadas junto a seu Conselho Consultivo;

<sup>16</sup> Temos aqui representado vários segmentos dos movimentos sociais rurais, dentre eles a CONTAG, MST, o MMC, MPA etc

<sup>17</sup> Um dos indicadores do avanço do agronegócio é o aumento da produção de grãos destinada principalmente para exportação. Outro indicador do avanço do agronegócio é o crescimento de sua participação no PIB. Dados do Ministério da agricultura informam que em 2007, o PIB do agronegócio foi estimado em R\$ 564,36 bilhões, enquanto que o de 2006 foi de R\$540,1 bilhões, passando a responder por cerca de 23,3 % do PIB do país.

<sup>18</sup> [www.cptnacional.com.br](http://www.cptnacional.com.br)

libertados pelo Grupo Móvel do Ministério do Trabalho de condição análoga à escravidão eram de usinas do setor sucroalcooleiro: 3.131 do total de 5.974. Já o trabalho escravo passou de 262 ocorrências, em 2006, para 265, em 2007, e o número de pessoas envolvidas, de 6.930, em 2006, para 8.635, em 2007, sendo que entre os trabalhadores escravizados ou superexplorados, se encontram, em número muito significativo, os índios, sobretudo do Mato Grosso do Sul. Além disso, a expansão do agronegócio na Amazônia tem afetado comunidades tradicionais. As ocorrências de conflitos por terra revelam que 54% destes ocorreram na Amazônia, 26% no Centro-Sul e 20% no Nordeste. Analisando o grupo social a que pertence às famílias, se constata que das 66.943 famílias envolvidas em conflitos, 44% são de sem-terra, 41% de populações tradicionais e 8% de assentadas.

Outra característica da expansão do agronegócio no Brasil são os impactos ambientais. A soja, por exemplo, é o principal produto de exportação brasileiro (aliás, foi uma das principais responsáveis pelo crescimento do agronegócio no país) e é também o maior responsável pela destruição de biomas do país. Os biomas mais atingidos pelo ciclo da soja são o Cerrado e a Amazônia, já bastante degradados pela conversão de suas áreas em pastagens.

O [INPE – Instituto de Pesquisas Espaciais](#) divulgou em junho deste ano, que em nove meses, de agosto do ano passado a abril deste ano, 5.850 Km<sup>2</sup> podem ter sido desmatados. A área é 15% maior do que a devastada de agosto de 2006 a julho de 2007 (4.974 Km<sup>2</sup>), e o próprio Carlos Minc, ministro do Meio Ambiente, culpou o aumento no preço das commodities pelos números. Ainda em novembro do ano passado, o jornal O Estado de São Paulo (24.01.2008) publicou uma entrevista com a então Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva em que ela reconhecia que o aumento do preço da soja, o avanço do gado na Amazônia e a derrubada de árvores para as siderúrgicas de ferro-gusa eram as causas principais do desmatamento.<sup>19</sup>

Mesmo ações do governo, reconhecidas como medidas importantes no combate ao desmatamento, à grilagem e à violência na região amazônica, tais como, a criação de grandes áreas protegidas; a realização de grandes operações conjuntas do Ibama com a Polícia Federal, a apreensão de madeira ilegal, a prisão de servidores públicos corruptos, além de madeireiros e lobistas, não foram suficientes para conter o desmatamento.

**Vários estudos também apontam os impactos ambientais das monoculturas de cana de açúcar, de eucalipto e pinus, entre outras.** Há consenso entre ambientalistas de que as monoculturas, sejam quais forem, reduzem a diversidade de fauna e flora gerando desequilíbrios ambientais, além de provocarem efeitos negativos no clima, nos recursos hídricos e nos solos, gerando por exemplo compactação e até desertificação.

Porém, ao mesmo tempo em que avança o agronegócio a sociedade assiste ao desenvolvimento da agricultura familiar e de uma série de experiência de cunho social, econômico e tecnológico entre os seus diversos segmentos. Trata-se de projetos que, por um

<sup>19</sup> A derrubada da floresta aconteceu principalmente em Mato Grosso, Rondônia e no Pará, estados onde esses setores da economia teria avançado muito nos últimos anos.

lado, refutam de forma cada vez mais consistente os impactos sociais, econômicos e ambientais da modernização agrícola; e, por outro, apresentam novos parâmetros para a organização da produção. Em muitas dessas experiências a noção de agroecologia tornou-se uma bandeira política, em aberta oposição ao agronegócio, e passou a aglutinar diferentes expressões da busca por novos caminhos para as atividades agrícolas e pecuárias. A agroecologia a partir dessas experiências tem proporcionado as bases para a promoção de estilos de agriculturas sustentáveis, tendo como um de seus eixos centrais a necessidade de produção de alimentos em quantidades adequadas e de elevado valor nutricional. Tem igualmente evidenciado a constituição de diferentes arranjos cooperativos e organizacionais em bases locais, e tem se colocando locado em meio a um conjunto de mudanças sociais e políticas – de busca da equidade, da solidariedade e da inclusão social.

Penso ser interessante ressaltar alguns pontos que marcam as diferenças de concepção entre esses dois modelos:

**1. Eles expressam duas visões em relação ao rural, que se contrapõem.** Uma que considera o meio rural unicamente como um setor, um espaço para a produção agropecuária, um espaço de produção, mantendo com os recursos naturais uma relação de exploração. Esse modelo é dinamizado pela agricultura empresarial; e outra que considera esse espaço como *um espaço físico diferenciado (...), resultante da ocupação do território, das formas de dominação social que tem como base material a estrutura de posse e uso da terra e outros recursos naturais, como a água; um espaço físico que é resultado também da maneira como se relaciona com o urbano, e principalmente, um espaço que é lugar de vida, isto é, lugar onde se vive (...) e lugar de onde se vê e se vive o mundo* (Wanderley 2001:32)<sup>20</sup>, um território que possui um tecido social e inter-relações complexas que vão além dos seus atributos naturais e que tem um significado na preservação da biodiversidade e para manutenção da agricultura familiar, considerada um agente importante na dinamização desse espaço, por que a sua participação garante a existência de um tecido social e cultural que vai gerar diversas atividades além da própria agricultura, que vai atribuir várias funções ao rural, que vai garantir a existência de diversas formas de organização social, diferentes formas de ocupação e uso dos recursos naturais. Essa perspectiva traz uma valorização do rural, uma representação mais positiva do papel e do espaço ocupado pela ruralidade na sociedade brasileira, adquirindo importância enquanto maneira de se pensar desenvolvimento, de refletir sobre a sociedade. Nesse sentido a grande questão é: como inserir plenamente os espaços e as populações rurais na dinâmica econômica e social moderna, assegurando a preservação dos recursos naturais presentes no meio rural, a biodiversidade; assegurando a diversidade cultural, assegurando formas mais igualitárias nas relações sociais (gênero, geração, étnicas, raciais)?

**2. Elas expressam diferentes entendimentos quanto à sustentabilidade.** Na perspectiva dos movimentos sociais rurais, considera-se a sustentabilidade em cinco dimensões: a **Sustentabilidade social**, que preconiza que, no processo de desenvolvimento o crescimento deve ter em vista uma maior equidade na distribuição de renda e bens, de modo a

<sup>20</sup> Wanderley, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno; por um pacto social pelo desenvolvimento rural.. In: Norma Giarracca. (Org.). Una nueva ruralidad en America Latina?. Buenos Aires: CLACSO, 2001, v., p. 31-44.

reduzir as diferenças sociais; a **Sustentabilidade econômica**; a **Sustentabilidade ecológica**, que prevê o respeito a capacidade de suporte dos ecossistemas, aos biomas, a proteção do meio ambiente e a preocupação com o ser humano; a **Sustentabilidade espacial**, dirigida para a obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas; e, por fim, a **Sustentabilidade cultural**, que inclui a procura de raízes endógenas de processos de desenvolvimento.<sup>21</sup>

Na perspectiva do agronegócio, a ênfase recai sobre a sustentabilidade econômica e ocorre via regulação de mercado.

### 3. Os dois modelos dão à questão da Segurança Alimentar diferentes sentidos.

Esse debate vem refletindo uma disputa árdua de posições entre interesses às vezes bastante conflitantes. Debate que ganhou ainda mais força após o relatório preparado e apresentado pela FAO (Organização das nações Unidas para a Agricultura e Alimentação) "Perspectivas Alimentares" na conferência sobre segurança alimentar em junho deste ano. Aliás, foi através do conceito de segurança alimentar que a ABAG procurou legitimar-se não apenas junto ao meio empresarial, mas, principalmente, junto à sociedade política e à sociedade civil em geral, imprimindo a essa noção um enfoque empresarial e coerente aos interesses do agribusiness: o aumento da produtividade conseguido através de estímulo à pesquisa científica resolveria o problema da oferta de alimentos à população.

Com a crise alimentar, o aumento do preço dos alimentos e escassez de alguns deles, as safras geneticamente modificadas aparecem em cena como forma de elevar a produtividade da agricultura sem usar mais energia ou produtos químicos. Os transgênicos estão, hoje, no centro da problemática da segurança alimentar e são colocados como a única tecnologia disponível para resolver a crise nos preços mundiais dos alimentos. No Brasil, a autorização e o controle da produção baseada em Organismos Geneticamente modificados (OGM) foi conseguida graças à pressão de firmas transnacionais (Monsanto, Cargill, etc.).

Do ponto de vista dos movimentos sociais rurais, ao contrário, as aplicações da engenharia genética na agricultura e na alimentação têm colocado novas ameaças e desafios em relação à soberania alimentar. Nessa perspectiva, um dos trunfos da agricultura familiar para o desenvolvimento rural sustentável é a sua potencial capacidade de garantir quantidades e qualidade de alimentos necessários à população brasileira. Ou seja, a sua importância na garantia da segurança alimentar. Ao enfatizar a disponibilidade e a qualidade dos alimentos, a concepção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), recoloca o questionamento aos modelos de produção assentados numa lógica de mercado. Além disso, enquanto objeto de política pública a segurança alimentar está subordinada a dois princípios: o *direito humano à alimentação adequada e saudável* e a *soberania alimentar*. Essa noção atribui grande importância à diversidade e à preservação da cultura e dos hábitos alimentares de um país.

<sup>21</sup> Essas dimensões são abordadas por Scotto, Gabriela; Carvalho, Isabel Cristina de Moura; Guimarães, Leandro no livro: Desenvolvimento sustentável. Petrópolis: Vozes, 2007.

Garantir o princípio da soberania alimentar passa por produzir em consonância com as características climáticas da região; priorizar a produção e o comércio local e a cultura de subsistência; passa por resgatar a cultura do campo nas suas dimensões da diversidade e respeito à natureza. Passa também por visibilizar o trabalho das mulheres na produção, preparação e distribuição dos alimentos rompendo com divisão sexual do trabalho e recolocando a sustentabilidade da vida humana como centro da economia e da atividade das pessoas. A alimentação é parte fundamental desse processo.

**4. A reforma agrária é dimensionada distintamente nos dois modelos.** Para construção de estratégias de desenvolvimento rural sustentável e de aumento e consolidação da produção nacional de alimentos básicos, a reforma agrária tem importância fundamental. Aqui novamente evidencia-se a diferença em relação ao modelo do agronegócio, onde o vetor de crescimento econômico é acompanhado por um forte processo de concentração (do crédito, da terra, etc.), além de uma brutal ocupação de áreas de preservação e/ou de comunidades nativas (pequenos produtores, índios, extrativistas, etc.), com a expansão das monoculturas, particularmente da soja, a partir do desmatamento e/ou do deslocamento forçado de agricultores/ agricultoras ou aldeias indígenas.

Pesquisa realizada por professores da URRRJ<sup>22</sup>, em relação aos impactos dos assentamentos de reforma agrária observa que os assentamentos apresentam um potencial de dinamizar economias locais/regionais, quer na esfera econômica propriamente dita, quer no campo político, social, demográfico, territorial, etc, tendo como base um processo produtivo mais diversificado, estimulando um aumento na oferta de produtos (em especial alimentares) e potencializando o mercado de consumo: feiras, comércio local etc. Além disso os assentamentos representam uma importante alternativa de emprego - os assentamentos têm gerado, em média, três ocupações por unidade familiar no próprio estabelecimento, segundo dados do próprio MDA. Além disso, atesta a pesquisa: o ingresso aos assentamentos proporcionou às famílias um processo de inclusão social.

**5. Os dois modelos são orientados por princípios econômicos distintos.** O conceito de solidariedade incorporado ao de desenvolvimento rural parte do reconhecimento de que a economia admite uma pluralidade de formas de produzir e distribuir riquezas, e reconhece certas singularidades próprias de práticas econômicas nos mais variados segmentos da população rural. Reconhece, ainda, a existência de diferentes princípios de comportamento econômico, de outras formas de “fazer economia”, conforme as diferentes culturas humanas, muitas delas baseadas na horizontalização da relação de troca, fundada no princípio da reciprocidade e regidas por valores da autogestão, da democracia, da cooperação, da solidariedade, respeito à natureza, promoção da dignidade e valorização do trabalho humano, tendo em vista um projeto de desenvolvimento sustentável.

### **E concluindo...**

Procuramos destacar alguns aspectos que evidenciam as diferentes concepções de desenvolvimento que se colocam em disputa na arena política. É importante notar, entretanto,

<sup>22</sup> Leite, Sérgio et alli. Impactos dos Assentamentos: um Estudo Sobre o Meio Rural Brasileiro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, INCRA : NEAD ; São Paulo : Editora UNESP, 2004

que essa disputa se reflete na dualidade do setor agrícola brasileiro e do posicionamento do Estado Brasileiro, frente aos dois grandes projetos de desenvolvimento rural em disputa. E só para ilustrar essa dualidade, é interessante notar que os “protagonistas” desses dois modelos se encontram representados no governo: a agricultura familiar, representada Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); e a agricultura patronal, representada pelo Ministério da Agricultura, Pesca e da Alimentação (MAPA). Dessa forma, a separação de políticas de apoio à agricultura familiar e de apoio à agricultura patronal se encontram institucionalizadas. O fato é que se de um lado há o reconhecimento de que as políticas de desenvolvimento rural geraram impactos positivos no seio das populações rurais – inclusive, os principais debates em matéria de política de desenvolvimento rural estão associados aos programas relacionados à agricultura familiar coordenados pelas três secretarias do MDA; por outro temos assistido ao avanço do agronegócio em múltiplas escalas espaciais e nas dimensões política, econômica, e inclusive ideológica.

Há uma dicotomia entre uma política para o agronegócio e outra para a agricultura familiar. A ênfase em uma ou em outra (lembrando que estamos num campo de disputa) dependerá da capacidade dos movimentos sociais rurais em criar estratégias de mobilização, de concertação, de produção de adesões, afinal, como afirma Regina Novaes, *propostas de desenvolvimento são antes de mais nada projetos de mudança social, construídos por determinados segmentos da sociedade a partir de suas experiências, de suas visões de mundo, de suas utopias e que se confrontam na arena política, pois é no processo político - ou seja, nos confrontos com projetos de outros segmentos/classes, nas negociações, nas pressões, na capacidade de produzir adesões e contraposições - que se geram novas alternativas sociais.*

### 3. Desenvolvimento Sustentável em Pernambuco

#### Desenvolvimento econômico: Pernambuco vive sua revolução industrial



*Vista do canal de acesso de navios ao porto de Suape. Foto: Daniel Marenco/Folhapress*

O helicóptero decola do heliponto do Centro Administrativo de Suape. A 200 metros do chão, é possível ter a dimensão da revolução econômica que a injeção de R\$ 46 bilhões em investimentos públicos e privados previstos até 2014 estão promovendo em Pernambuco, a nova locomotiva do Nordeste.

Não é o único canto do Estado que avança ligeiro e que tem mudado não só a vida dos 8,7 milhões de pernambucanos, mas, sobretudo permitido a volta dos retirantes que um dia caíram no mundo atrás de uma vida melhor.

No interior, duas obras gigantes (a transposição do rio São Francisco e a construção da Ferrovia Transnordestina) ajudam a desenhar uma nova paisagem na vida do morador do agreste e do sertão.

#### **Litoral**

No litoral, onde se pode observar a síntese da nova dinâmica econômica, o complexo industrial-portuário de Suape, erguido a 40 quilômetros ao sul do Recife, brota a velocidade impressionante.

"Cento e vinte empresas já estão instaladas, outras 30 estão em construção e mais 20 irão surgir até 2014", enumera Frederico Amâncio, vice-presidente de Suape. Do alto é possível avistar obras em todos os cantos dos 13,5 mil hectares do complexo. Justo ali, onde há 380 anos invasores holandeses -que acharam de tomar uma fatia do Brasil colônia- indicaram como ponto mais propício à criação de um porto.

E foi nessa região, após romperem pequena porção da parede dos arrecifes que



protege o litoral do Atlântico, que os holandeses criaram uma passagem para que os barcos de açúcar alcançassem os navios em alto-mar.

A visão dos invasores ganhou forma quase quatro séculos depois. Investimentos de mais de US\$ 3 bilhões nos últimos dez anos criaram a infraestrutura básica para o atual ciclo de expansão do porto de Suape, e converteram a região no principal polo de atração de negócios do Nordeste brasileiro.

### **A aposta privada**

Agora, o PIB pernambucano demonstra vigor e o combustível é Suape. Em 2010, o PIB estadual foi de R\$ 87 bilhões - expansão de 15,78% num só ano. Os velhos engenhos de cana e as usinas de açúcar e álcool pouco a pouco deixam de ser predominantes na matriz econômica de Pernambuco.

A aposta do poder público em Suape ao longo de 40 anos - desde o plano original de 1960- começou a seduzir o capital privado. O complexo industrial-portuário, um modelo inédito no Brasil, está fazendo surgir um novo Estado industrial no país.

"Não tínhamos indústria de petróleo e gás, nem indústria naval ou automobilística. Agora há uma nova perspectiva para o Estado", diz Geraldo Júlio, presidente de Suape e secretário de Desenvolvimento Econômico.

### **Acima do Nordeste**

A forte expansão econômica elevou a renda per capita do Estado a quase R\$ 10 mil, acima da média do Nordeste, de R\$ 7.488, mas ainda inferior à renda nacional, de R\$ 15.990.

A criminalidade caiu 25% em quatro anos, mas ainda é de 40 homicídios por 100 mil habitantes, quatro vezes mais que no Estado de São Paulo, e superior à média nacional, de 24,5 por 100 mil.

### **Investimento público cresce 2,5 vezes em 4 anos**

Os investimentos públicos do Estado de Pernambuco cresceram 2,5 vezes nos últimos quatro anos.

A expansão do gasto público, com forte apoio do governo federal, é parte da explicação do impressionante crescimento pernambucano.

No quadriênio de 2003 a 2006, o governo local investiu em média R\$ 680 milhões em obras de infraestrutura. No período de 2007 a 2010, o governo estadual conseguiu elevar esses aportes à média de R\$ 1,7 bilhão de investimentos ao ano.

Só no ano passado, o estado autorizou gastos de R\$ 2,7 bilhões.



Pernambuco tem recorrido a financiamentos para sustentar essa expansão, mas afirma que isso não tem elevado o nível de endividamento. A explicação está na elevação das receitas correntes.

"A redução de custeio e o aumento da arrecadação de ICMS fizeram o endividamento do Estado cair de 82% para 63% da receita corrente líquida", diz Geraldo Júlio, secretário de Desenvolvimento de Pernambuco.

Hoje, a receita total de Pernambuco é de R\$ 14 bilhões, impulsionada pela arrecadação de ICMS que cresceu 18,2% em 2010.

(Fonte: *Folha de S.Paulo*). Seg., 07 de Março de 2011 - 12h04minh

## 4. Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PADRSS

### Elementos centrais do PADRSS

#### Alternativo ao que?

- Concentração de terra e renda
- Empobrecimento e fome da maioria da população
- Exclusão social e aumento do desemprego
- A lógica produtiva exigindo grandes extensões de terra, com amplos desmatamentos;
- Êxodo rural
- Enfoque econômico-financeiro se sobrepõe às dimensões ambiental, social e cultural
- Diminuição do papel social do Estado

O Modelo dominante de desenvolvimento rural implantado no País é a do crescimento agropecuário pautado na “modernização conservadora” da agricultura, no lucro e sem promover a democratização da estrutura fundiária.

A estruturação do modelo dominante responde aos interesses de classe da elite agrária e historicamente teve apoio integral do Estado.

O ponto de partida para a elaboração e implantação de um projeto alternativo é a concepção de desenvolvimento. Até recentemente havia uma identificação entre desenvolvimento e crescimento econômico. Isto permitia que o desenvolvimento dos países fosse medido apenas pelos níveis da renda per capita.



Esta identificação, porém, tem sido amplamente contestada, especialmente porque crescimento e desigualdade social têm andado lado a lado. Análises que levam em conta apenas a renda per capita mascaram o grau de concentração da riqueza numa sociedade. O debate sobre o significado real de desenvolvimento levou a estudos para

estabelecer parâmetros capazes de avaliar o nível de vida das pessoas de uma forma mais adequada.

O que leva o MSTTR ao esforço de construir um projeto de desenvolvimento é, então, justamente a esperança de uma vida melhor para os que vivem no campo. Não se alcança tal desenvolvimento ou “esta vida melhor” com programas de combate à pobreza.

Os problemas do campo são de ordem econômica, de acesso aos mercados e de políticas voltadas para o desenvolvimento das suas populações. Programas de “assistência social” são incapazes de gerar renda, aumentar a auto-estima das populações rurais e, portanto, gerar desenvolvimento. Por isso é fundamental criar políticas e programas voltados para a distribuição de renda. Segundo estudos realizados por Ricardo Paes de Barros, pesquisador do IPEA, um crescimento contínuo de 5% ao ano no Brasil levaria a uma redução de 13% no grau de pobreza em uma década. Seus estudos demonstraram a importância da criação de

políticas com cunho distributivo, e não apenas de programas assistenciais de erradicação da pobreza.

O MSTTR entende que não há desenvolvimento no meio rural sem educação, saúde, garantias previdenciárias, salários dignos, erradicação do trabalho infantil e escravo, respeito à autodeterminação dos povos indígenas e preservação do meio ambiente. As lutas dos trabalhadores e trabalhadoras pela terra, política agrícola diferenciada, políticas sociais e direitos trabalhistas inserem-se, portanto, na construção de um projeto alternativo de desenvolvimento baseado na expansão e no fortalecimento da agricultura em regime de economia familiar.



O eixo central das estratégias deste desenvolvimento – preconizadas pelo movimento sindical – é a ampliação das oportunidades de emprego e renda no meio rural. Ocupa lugar privilegiado nestas estratégias a realização de uma ampla reforma agrária, como um instrumento fundamental na expansão, no fortalecimento e na viabilização da agricultura familiar. A geração de emprego e renda não se resume, evidentemente, à expansão e ao fortalecimento da agricultura familiar. Ela inclui a melhoria das condições de vida de imensos contingentes de assalariados agrícolas e a criação de outras ocupações rurais não-agrícolas e “urbanas” no

campo.

Da mesma forma, não é possível pensar em qualidade de vida, sem que haja preocupação com a qualidade do ambiente em que as pessoas vivem. É preciso também pensar em soberania alimentar, padrões de desenvolvimento agrícolas diversificados e sustentáveis em longo prazo, que restaurem as condições ecológicas da produção e respeitem o potencial de cada ecossistema, apoiando-se nas bases científicas da agroecologia. Neste sentido, é essencial qualificar o debate e o entendimento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais sobre a relação entre meio-ambiente, qualidade de vida e desenvolvimento, fortalecendo novas relações entre os seres humanos e a natureza.



Neste ambiente o MSTTR passou a construir um Projeto de Desenvolvimento Rural para o país, que fosse:

- a) Alternativo ao modelo neoliberal.
- b) Sustentável e Solidário.
- c) Focado nas pessoas que vivem e trabalham no campo.
- d) Para esta e futuras gerações.
- e) Estratégico para garantir o bem estar e qualidade de vida.

## ELEMENTOS ESSENCIAIS PARA PENSAR UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO

- Fortalecimento e politização do sujeito (a) social, capaz de analisar, propor, negociar políticas para transformar a realidade
- Relações sociais de gênero, que inquietem questionem o cotidiano de mulheres e homens, na perspectiva de (re)construir as relações de poder estabelecidas na sociedade.
- Não bastava questionar os modelos de desenvolvimento sem propor uma alternativa concreta.

29

### O QUE É O PADRSS?

É um processo de construção coletiva, vivo, dinâmico, não acabado e que se realiza cotidianamente a partir do olhar e da prática de uma organização sobre o desenvolvimento rural.

É uma proposta de desenvolvimento para o campo, que valoriza os sujeitos e concebe o espaço rural como um lugar de viver e viver bem.

#### *Nossas Lutas*





### A luta pela reforma agrária

A reforma agrária, neste contexto, é o principal instrumento político para a ruptura com o atual modelo de desenvolvimento excludente, concentrador de terra e renda e reprodutor do poder oligárquico. É um instrumento essencial para promover o desenvolvimento democrático da agricultura e o resgate da cidadania para milhões de trabalhadores e trabalhadoras que, expulsos da terra, se viram excluídos do processo produtivo. É

preciso uma política séria de Reforma Agrária que possibilite oferecer a 4,8 milhões de famílias sem terra a oportunidade de ingressar no regime de agricultura familiar.

Esta política de redistribuição é ainda mais necessária nas regiões com maior concentração fundiária. A consolidação dos assentamentos de reforma agrária representa a passagem dos trabalhadores e trabalhadoras de um quadro de exclusão para o de inserção produtiva. Para tanto, são necessárias linhas de crédito especiais, assistência técnica e investimentos em infra-estruturas social e produtiva, voltadas à organização da produção e ao bem-estar das famílias assentadas.

A formação profissional e os instrumentos de política de desenvolvimento, como crédito, entre outros, devem ser aplicados imediatamente após o assentamento dos trabalhadores e trabalhadoras. Devem também ser garantidos recursos orçamentários para a cobertura do total de assentamentos realizados no país, bem como a imediata legalização da área. Portanto, a reforma agrária só terá sustentabilidade econômica e social se estiver inserida num contexto de políticas globais de valorização e ampliação do papel estratégico da agricultura em regime de economia familiar para o desenvolvimento do país.



### A agricultura familiar e a potencialização do desenvolvimento

A opção pela justifica-se por sua de emprego (da família e baixo custo de capacidade de retenção da grandes centros urbanos é construção de alternativas Sua capacidade de



agricultura familiar capacidade de geração de outros) e renda a investimento. A sua população fora dos fator fundamental na de desenvolvimento. produzir alimentos a

menor custo e, potencialmente, com menores danos ambientais, impulsiona o crescimento de todo o entorno sócio-econômico local.

A falta de incentivos à agricultura familiar tem gerado a marginalidade dos jovens trabalhadores e trabalhadoras, envolvendo-os em drogas, prostituição, gravidez precoce etc. Os dados divulgados pelo Inra nos resultados da pesquisa “o financiamento destinado a agricultura é desproporcional entre os agricultores familiares e patronais, sendo que em todas as regiões a participação dos estabelecimentos familiares no crédito rural é inferior ao percentual do Valor Bruto da Produção [pelo] que eles são responsáveis.”

A  
constatou  
agricultores  
produzem 24%  
da Produção da  
corte, 52% da  
leite, 58% dos  
das aves e  
produzidos.  
algumas  
temporárias, a  
familiar  
algodão, 31%



pesquisa  
ainda que “os  
familiares  
do Valor Bruto  
pecuária de  
pecuária de  
suínos, e 40%  
ovos  
Em relação a  
culturas  
agricultura  
produz 33% do  
do arroz, 72%

da cebola, 67% do feijão, 97% do fumo, 84% da mandioca, 49% do milho 32% da soja, 46% do trigo, 58% da banana, 27% da laranja, 47% da uva, 25% do café e 10% da cana de açúcar.” A agricultura é, portanto o principal agente propulsor do desenvolvimento comercial e, conseqüentemente, dos serviços nas pequenas e médias cidades do interior do Brasil. Basta criar incentivos à agricultura para que, pelo seu efeito multiplicador, se obtenha respostas rápidas nos outros setores econômicos. É também condição fundamental para que haja uma sobrevida para a economia da grande maioria dos municípios brasileiros.

O Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf) e os Fundos Constitucionais são algumas iniciativas, não podendo, entretanto, a ação estatal se esgotar apenas na disponibilização de recursos para crédito de custeio. É fundamental agilizar os procedimentos das linhas de crédito de custeio e investimento, assim como a reformulação de toda a infra-estrutura produtiva e social, para atender às necessidades da agricultura familiar de forma que possa ter facilitado o seu acesso aos mercados.

As políticas de apoio à agricultura familiar devem, inclusive, contemplar aquelas atividades não-agrícolas, como a industrialização, a produção artesanal e o turismo rural,



atividades com grande potencial de geração de renda e ocupação. Outro elemento que deve estar integrado às políticas fundamentais de fortalecimento da agricultura familiar diz respeito à priorização de investimentos públicos para garantir serviços de pesquisa, experimentação, difusão, assistência técnica e extensão rural, comprometidos com a sustentabilidade e adaptados aos meios de produção familiar.

É preciso também entender que a agricultura familiar só se viabiliza a partir de uma economia solidária. Neste sentido, a gestão coletiva da produção se apresenta como uma alternativa concreta, pela prática da cooperação:

- a agricultura familiar só se viabiliza a partir de uma economia solidária, combinada com o uso de novas tecnologias e diversificação dos meios tradicionais de produção;
- as formas coletivas de produção e comercialização se apresentam como alternativas concretas mediante a prática de cooperação, associativismo e parceria;
- desenvolvimento rural sustentável passa necessariamente pela garantia de documentação do uso da terra, o que também contribui para a construção da cidadania da população rural.

### **Assalariados rurais**

O PADRSS deve ter como uma das suas principais características a ampliação da oferta de emprego e ocupações produtivas no campo. Neste sentido, ele é estratégico para os assalariados e assalariadas rurais, uma vez que amplia as oportunidades de trabalho existentes. O Brasil tem hoje cerca de cinco milhões de assalariados rurais. Em que pese o processo de reestruturação produtiva e o aumento crescente do desemprego,

A construção de alternativas de desenvolvimento com base na expansão e fortalecimento da agricultura familiar não irá eliminar, por si só, a agricultura patronal. Não representará, portanto, o fim do assalariamento rural. Este continuará existindo e demandando políticas específicas para o setor. Por outro lado, a realidade demonstra que muitos agricultores e agricultoras familiares dependem de contratação de mão-de-obra externa para garantir o desenvolvimento de sua produção. Esta realidade vem sendo objeto de muitas discussões no movimento sindical, pois demanda políticas e participação diferenciadas na base sindical. Qualquer projeto alternativo de desenvolvimento deve pressupor a democratização nas relações de trabalho, renda digna e respeito aos direitos trabalhistas, como condições básicas para a qualidade de emprego e vida, independentemente de quem quer que seja o empregador.

Os assalariados rurais constituem a parcela mais empobrecida da agricultura e, por decorrência, de toda população brasileira. As alternativas de desenvolvimento devem abarcar este setor, interferindo diretamente na criação de novos postos de trabalho, reduzir o desemprego e criar melhores condições de vida e trabalho, e melhores salários, priorizando as seguintes questões:

- Assentamento de trabalhadores e trabalhadoras rurais assalariados, em especial os desempregados e subempregados que optarem por desenvolver a sua própria agricultura mediante um programa de reforma agrária;
- Criação de agroindústrias ligadas à agricultura familiar, com legislação específica;
- Geração de emprego no interior da unidade produtiva familiar;



- Programas de qualificação profissional e reconversão produtiva;
- Campanhas de educação e prevenção sobre uso de agrotóxicos e suas consequências, garantindo o atendimento aos trabalhadores e trabalhadoras envolvidas nessa atividade.

### **Formulação de políticas sociais para o campo**

As políticas sociais desempenham um

papel fundamental na construção de alternativas de desenvolvimento para o campo. Educação, saúde, lazer, previdência e assistência social, formação profissional, pesquisa e assistência técnica são elementos estruturais de qualquer proposta de desenvolvimento. Em um mundo em constante mutação, onde a questão tecnológica assume papel preponderante na capacidade de integrar-se ao sistema produtivo, é preciso uma mudança radical do ambiente educacional até agora oferecido aos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

É uma maior relação básico, formação extensão rural e relações com a plena promoção da populações rurais, incremento da agricultores, é como uma das desenvolvimento de meio rural, como uma das condições básicas para o desenvolvimento sustentável.



necessário estabelecer entre ensino regular profissional, redes de assistência técnica e suas pesquisa. Seja para a cidadania entre as seja para o próprio capacidade produtiva dos fundamental que se eleja prioridades, o políticas educacionais no

A efetiva implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) é o caminho correto para assegurar atendimentos médico, odontológico e hospitalar adequados às necessidades das populações rurais, que exigem formulações e atendimentos mais específicos, face às próprias características de localização em que se encontram.

O acesso dos trabalhadores e trabalhadoras rurais aos benefícios da Previdência e Assistência Social é fundamental para o resgate da dignidade e cidadania de milhões de pessoas. Além disso, os recursos da aposentadoria têm se mostrado um importante instrumento de transferência de renda para o interior do país, chegando a ser fator de dinamização de diversos municípios. Esta tendência reverte, em parte, a orientação histórica de transferência de recursos do setor rural para o setor urbano.

Embora a aposentadoria constitua em parte dos municípios rurais, a principal fonte de renda e, portanto, um elemento propulsor do desenvolvimento local, mais de um milhão de pessoas tiveram seus benefícios represados e indeferidos pela burocracia do INSS no período de 1994 a 1997. Alternativas de desenvolvimento pressupõem, portanto, a defesa dos direitos sociais e políticos da população rural na terceira idade.

### **Relações de gênero e geração no meio rural**

Pensar um projeto de desenvolvimento alternativo e sustentável requer repensar as relações sociais constituídas e as suas estruturas organizativas. O sucesso deste projeto está condicionado pela legitimação e valorização social dos diversos sujeitos envolvidos, ou seja, mulheres, homens, jovens, crianças, idosos, deficientes e excepcionais. Para isso, é preciso dar visibilidade a todos, principalmente às mulheres e aos jovens. Todos os setores agrícolas, especialmente a agricultura familiar, incorporam massivamente o trabalho da mulher na esfera produtiva. A inclusão de uma



abordagem de gênero é fundamental no projeto, introduzindo uma nova concepção nas relações entre homens e mulheres.

Estas relações devem possibilitar a participação efetiva das mulheres na tomada de decisões e construção de políticas alternativas de desenvolvimento. Da mesma forma, é fundamental o reconhecimento dos jovens e idosos como atores sociais e produtivos. Apesar de a importância das lutas econômicas, é preciso combater todas as raízes da exclusão social para que possamos, de fato, avançar na construção de uma nova sociedade. Para tanto, torna-se necessário criar políticas específicas especialmente para os jovens no meio rural (oportunidades de emprego, lazer, formação, educação com currículo adequado à realidade rural) e garantir espaços de participação, promovendo assim a construção das bases culturais de um novo tipo de desenvolvimento.

### **ESPAÇOS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PADRSS:**

Congressos, Plenárias, Gritos da Terra Brasil, Marchas das Margaridas, Festivais da Juventude, ocupações de terras e de prédios públicos, campanhas salariais e dentre outras ações de massa e ações do MSTTR.

Incorporam novas temáticas, ampliam a concepção e fortalecem a prática do PADRSS em suas várias dimensões

O PADRSS se constrói e se estrutura internamente no MSTTR pela ação política, pelos processos de mobilização, formação e negociação desencadeado pelas frentes de luta e pelas várias ações que dinamizam e atualizam permanentemente o projeto político.

### **COMO IMPLEMENTAR O PADRSS? (Internamente)**

1. Democratizando e fortalecendo as organizações
2. Reconhecendo e valorizando os espaços coletivos
3. Construindo uma agenda política e planos de luta do MSTTR que dialoguem com as demandas da base
4. Ampliando as alianças e pautando a ação na mobilização e no compromisso com a base

### **COMO IMPLEMENTAR O PADRSS? (Externamente)**

1. Propondo e negociando políticas que garantam direitos, vida digna e valorizem o campo na sua diversidade, organizativa e produtiva
2. Considerando as demandas e necessidades específicas dos diferentes sujeitos que compõe a categoria trabalhadora rural.
3. Ampliando as alianças e pautando a ação na mobilização e no compromisso com a base

## 5. Economia Solidária

### Introdução à Economia Solidária

O texto a seguir, de autoria de Paul Israel Singer foi extraído do livro “Introdução à Economia Solidária” Capítulos 1, 2 e 4 - Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2002

#### Capítulo I

#### Fundamentos

#### 1. Solidariedade X competição na economia

O capitalismo se tornou dominante há tanto tempo que tendemos a tomá-lo como normal ou natural. O que significa que a economia de mercado deve ser competitiva em todos os sentidos: cada produto deve ser vendido em numerosos locais, cada emprego deve ser disputado por numerosos pretendentes, cada vaga na universidade deve ser disputada por numerosos vestibulandos, e assim por diante. A competição é boa de dois pontos de vista: ela permite a todos nós consumidores escolher o que mais nos satisfaz pelo menor preço; e ela faz com que o melhor vença, uma vez que as empresas que mais vendem são as que mais lucram e mais crescem, ao passo que as que menos vendem dão prejuízo e se não conseguirem mais clientes acabarão por fechar. Os que melhor atendem os consumidores são os ganhadores, os que não o conseguem são os perdedores<sup>23</sup>..

Não obstante essas virtudes, a competição na economia tem sido criticada por causa de seus efeitos sociais. A apologia da competição chama a atenção apenas para os vencedores, a sina dos perdedores fica na penumbra. O que acontece com os empresários e empregados das empresas que quebram? e com os pretendentes que não conseguem emprego? ou com os vestibulandos que não entram na universidade? Em tese, devem continuar tentando competir, para ver se se saem melhor da próxima vez. Mas, na economia capitalista, *os ganhadores acumulam vantagens e os perdedores acumulam desvantagens nas competições futuras*. Empresários falidos não têm mais capital próprio, e os bancos lhes negam crédito exatamente porque já fracassaram uma vez. Pretendentes a emprego que ficaram muito tempo desempregados têm menos chance de serem aceitos, assim como os que são mais idosos. Os reprovados em vestibular precisariam se preparar melhor, mas como já gastaram seu dinheiro fazendo cursinho a probabilidade de que o consigam é cada vez menor.

Tudo isso explica por que o capitalismo produz desigualdade crescente, verdadeira polarização entre ganhadores e perdedores. Enquanto os primeiros acumulam

---

<sup>23</sup> A economia capitalista atual não é competitiva na maior parte dos seus mercados, dominada geralmente por oligopólios. Mas há concorrência no comércio varejista e em muitos mercados de serviços, de modo que os consumidores com poder aquisitivo têm possibilidades de escolha. Os pobres são obrigados a gastar o seu pouco dinheiro no essencial à sua sobrevivência.

capital, galgam posições e avançam nas carreiras, os últimos acumulam dívidas pelas quais devem pagar juros cada vez maiores, são despedidos ou ficam desempregados até que se tornam *inempregáveis*, o que significa que as derrotas os marcaram tanto que ninguém mais quer empregá-los<sup>24</sup>. Vantagens e desvantagens são legadas de pais para filhos e para netos. Os descendentes dos que acumularam capital ou prestígio profissional, artístico etc. entram na competição econômica com nítida vantagem em relação aos descendentes dos que se arruinaram, empobreceram e foram socialmente excluídos. O que acaba produzindo sociedades profundamente desiguais.

Para que tivéssemos uma sociedade em que predominasse a igualdade entre todos os seus membros, seria preciso que a economia fosse solidária em vez de competitiva. Isso significa que os participantes na atividade econômica deveriam cooperar entre si em vez de competir. O que está de acordo com a divisão do trabalho entre empresas e dentro das empresas. Cada um desempenha uma atividade especializada da qual resulta um produto que só tem utilidade quando complementado pelos produtos de outras atividades. O médico só consegue curar o paciente com a ajuda dos remédios fornecidos pelas farmácias e pelos serviços prestados por hospitais, ambulâncias, laboratórios etc. O mesmo vale para quem nos abriga, alimenta, veste, transporta, e assim por diante. Dentro de cada empresa, os trabalhos do operário, do engenheiro, do contador etc. têm de se combinar harmoniosamente para que as necessidades do cliente sejam atendidas.

A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada *igualmente* pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a *associação* entre iguais em vez do contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Este é o seu princípio básico. Se a cooperativa precisa de diretores, estes são eleitos por todos os sócios e são responsáveis perante eles. *Ninguém manda em ninguém*. E não há competição entre os sócios: se a cooperativa progredir, acumular capital, todos ganham por igual.

Se ela for mal, acumular dívidas, todos participam por igual nos prejuízos e nos esforços para saldar os débitos assumidos.

Se toda economia fosse solidária, a sociedade seria muito menos desigual. Mas, mesmo que as cooperativas cooperassem entre si, inevitavelmente algumas iriam melhor e outras pior, em função do acaso e das diferenças de habilidade e inclinação das pessoas que as compõem. Haveria portanto empresas ganhadoras e perdedoras. Suas vantagens e desvantagens teriam de ser periodicamente igualadas para não se tomarem cumulativas, o que exige um poder estatal que redistribua dinheiro dos ganhadores aos perdedores, usando para isso impostos e subsídios e/ou crédito.

---

<sup>24</sup> A inempregabilidade provém do fato de que os empregadores também estão competindo pelos melhores empregados. Como eles não podem saber de antemão quem é o melhor, guiam-se pelas aparências e por preconceitos. Quem ficou muito tempo sem trabalho ou foi despedido muitas vezes não "deve" ser bom. Então por que arriscar?

O que importa entender é que a desigualdade não é natural e a competição generalizada tampouco o é. Elas resultam da forma como se organizam as atividades econômicas e que se denomina *modo de produção*. O capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual. A aplicação destes princípios divide a sociedade em duas classes básicas: a classe proprietária ou possuidora do capital e a classe que (por não dispor de capital) ganha a vida mediante a venda de sua força de trabalho à outra classe. O resultado natural é a competição e a desigualdade.

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda. Em outras palavras, mesmo que toda atividade econômica fosse organizada em empreendimentos solidários, sempre haveria necessidade de um poder público com a missão de captar parte dos ganhos acima do considerado socialmente necessário para redistribuir essa receita entre os que ganham abaixo do mínimo considerado indispensável. Uma alternativa freqüentemente aventada para cumprir essa função é a renda cidadã, uma renda básica igual, entregue a todo e qualquer cidadão pelo Estado, que levantaria o fundo para esta renda mediante um imposto de renda progressivo.

## **2. Empresa capitalista e empresa solidária: a repartição dos ganhos**

Na empresa capitalista, os empregados ganham salários desiguais, conforme uma escala que reproduz aproximadamente o valor de cada tipo de trabalho determinada pela oferta e demanda pelo mesmo no mercado de trabalho. Os trabalhadores são livres para mudar de emprego e portanto tendem a procurar as empresas que pagam melhor. E os empregadores são livres para demitir os empregados e assim tendem a procurar os que produzem melhor. Da interação entre oferta - os trabalhadores que vendem sua capacidade de produzir - e demanda - as empresas que a compram - resulta um escalonamento de salários que acaba por prevalecer, com variações, na maioria das empresas. Este mesmo escalonamento se estende a outras características do contrato de trabalho: expectativas de carreira, benefícios não-salariais etc.

É por isso que diretores ganham mais do que gerentes, estes mais do que técnicos ou vendedores e estes mais do que simples operadores de máquinas, recepcionistas e faxineiros. As diferenças de pagamento são objeto de negociações entre sindicatos de empregados e empregadores, e formam planos de classificação de cargos, em que cada nível é determinado por critérios objetivos. Mas, no fundo, o que determina a remuneração de cada trabalho é o incessante ajuste entre oferta e demanda desta força de trabalho. Como há forte rivalidade entre as carreiras, os empregadores dão a algumas, que desejam beneficiar, aumentos disfarçados em bônus, seguro-saúde subsidiado etc. Esperam

com isso que os não contemplados não passem a exigir o mesmo benefício.

Na empresa solidária, os sócios não recebem salário mas *retirada*, que varia conforme a receita obtida. Os sócios decidem coletivamente, em assembléia, se as retiradas devem ser iguais ou diferenciadas. Há empresas em que a maioria opta pela igualdade das retiradas por uma questão de princípio ou então porque os trabalhos que executam são idênticos, ou quase. Mas a maioria das empresas solidárias adota certa desigualdade das retiradas, que acompanha o escalonamento vigente nas empresas capitalistas, mas com diferenças muito menores, particularmente entre trabalho mental e manual. Muitas empresas solidárias fixam limites máximos entre a menor e a maior retirada.

As razões que levam a maioria dos cooperadores a aceitar certa desigualdade de retiradas variam de empresa para empresa. Em algumas, a maioria acha natural que certos trabalhos valham mais do que outros, pois os trabalhadores aceitam e defendem a hierarquia profissional a que foram acostumados. Em outras, a maioria opta pela desigualdade de retiradas para não perder a colaboração de cooperadores mais qualificados, que poderiam obter melhor remuneração em empresas capitalistas<sup>25</sup>. Nestes casos, há um cálculo racional: pagar melhor a técnicos e administradores permite à cooperativa alcançar ganhos maiores que beneficiam o conjunto dos sócios, inclusive os que têm retiradas menores.

Situações como essa foram teorizadas pelo filósofo John Rawls, para o qual alguma desigualdade é tolerável desde que ela sirva para melhorar a situação dos menos favorecidos. Como, em geral, os menos favorecidos são a maioria em quase todas as empresas – capitalistas e solidárias –, se nas últimas eles decidem que algumas categorias de sócios devem ter retiradas maiores, é de esperar que esta decisão seja benéfica para eles. É a regra que John Rawls chama de *maximin*. "Desigualdades são permissíveis quando elas maximizam, ou ao menos todas contribuem para [elevar] as expectativas de longo prazo do grupo menos afortunado da sociedade" (1971, p. 151).

À primeira vista, pode-se ter a impressão de que, afinal, não faz muita diferença trabalhar numa empresa capitalista ou solidária, já que numa e noutra os ganhos são diferenciados de acordo com os mesmos critérios: os do mercado de trabalho. Mas esta impressão é falsa. Na empresa capitalista, os salários são escalonados tendo em vista maximizar o lucro, pois as decisões a respeito são tomadas por dirigentes que participam nos lucros e cuja posição estará ameaçada se a empresa que dirigem obtiver taxa de lucro menor que a média das empresas capitalistas<sup>26</sup>. Na empresa solidária, o escalonamento das

<sup>25</sup> Pode parecer paradoxal que administradores de cooperativas aceitem ganhar menos do que em empresas capitalistas, mas exijam ganhar mais que os seus companheiros para continuarem nas cooperativas. Mas há lógica nisso. Os administradores se dispõem a abrir mão de grande parte do que ganhariam a serviço do capital, desde que ganhem mais que os demais sócios, por causa de suas noções de hierarquia profissional e também porque devem satisfações a seus familiares, que nem sempre partilham seus valores solidários. O agrupamento cooperativo de Mondragón, no País Basco (Espanha), adota entre seus princípios o da Solidariedade Redistributiva, segundo o qual o índice máximo de retirada é igual ao vigente no mercado, com uma redução de 30% "en concepto de compromiso de solidaridad" (da página da Mondragón Corporación Cooperativa - MCC, na internet: <http://mondragon.mcc.es/>).

<sup>26</sup> O que interessa aos acionistas não é o valor absoluto dos lucros, mas sua relação com o capital investido na empresa. A relação lucro anual/capital investido é a taxa de lucro. O valor das ações nas bolsas de valores depende da expectativa da taxa de lucro, que é fortemente influenciada pelas taxas de lucro alcançadas no passado. Se por alguma razão esta

retiradas é decidido pelos sócios, que têm por objetivo assegurar retiradas boas para todos e principalmente para a maioria que recebe as menores retiradas. Por isso, na empresa capitalista, os altos dirigentes recebem ordenados extremamente altos, além de prêmios generosos se as metas de lucros forem atingidas ou ultrapassadas. Na empresa solidária, os dirigentes podem receber as retiradas mais altas, mas elas quase sempre são muito menores que os ordenados de seus congêneres em empresas capitalistas.

Também a repartição do excedente anual - o lucro na empresa capitalista e a sobra na empresa solidária - obedece a mecanismos e critérios diferentes num e noutro tipo de empreendimento. Na firma capitalista, a decisão sobre a destinação do lucro cabe à assembléia de acionistas, quase sempre dominada por um pequeno número de grandes acionistas, chamado de "grupo controlador". Como regra geral, uma parcela do lucro é entregue em dinheiro aos acionistas sob a forma de dividendos e o restante vai para fundos de investimento. Periodicamente, uma parte desses fundos é acrescida ao capital, o que dá lugar a nova emissão de ações, que são também entregues aos acionistas. Todo o lucro é apropriado, imediatamente ou alguns anos depois, pelos acionistas, sempre em proporção ao número de ações possuído por cada um deles.

Nas cooperativas, as sobras têm sua destinação decidida pela assembléia de sócios. Uma parte delas é colocada num fundo de educação (dos próprios sócios ou de pessoas que podem vir a formar cooperativas), outra é posta em fundos de investimento, que podem ser divisíveis ou indivisíveis, e o que resta é distribuído em dinheiro aos sócios por algum critério aprovado pela maioria: por igual, pelo tamanho da retirada, pela contribuição dada à cooperativa etc. O fundo divisível é usado para expandir o patrimônio da cooperativa e é contabilizado individualmente para cada sócio, pelo mesmo critério de repartição da parcela das sobras paga em dinheiro. Sobre o fundo divisível a cooperativa contabiliza juros, sempre pela menor taxa no mercado. Quando um sócio se retira da cooperativa, ele tem o direito de receber sua cota do fundo divisível acrescido dos juros a ele creditados. Cada retirada do fundo divisível representa uma descapitalização da cooperativa.

O fundo indivisível não pertence aos sócios que o acumularam, mas à cooperativa como um todo. Os cooperadores que se retiram nada recebem dele. É um legado que os mais antigos deixam a seus sucessores. Foi com este fim que o Dr. Buchez, grande líder cooperativista do século XIX, propôs a sua criação. Ele notou que os sócios mais antigos se ressentiam com o fato de os recém-chegados à empresa solidária usufruírem todos os direitos e vantagens decorrentes do resultado acumulado, à custa de muito trabalho e sacrifícios dos veteranos. É regra nas cooperativas que novos trabalhadores passem por um estágio probatório, que varia em geral entre seis meses e um ano. Enquanto se encontram neste estágio, os novos trabalham como assalariados. Quando são aceitos como sócios, seus créditos trabalhistas servem para formar sua cota do capital da cooperativa. Buchez percebeu que os mais antigos procuravam perpetuar os

---

expectativa cair, os especuladores vendem as ações da empresa, que perdem cotação, tomando provável que o controle da empresa passe a outro grupo. Neste caso, a diretoria e os gerentes mais importantes são demitidos.

novos na condição de assalariados, inclusive pela fixação da cota de capital em nível muito elevado. Os novos trabalhadores que não podiam integralizar a cota ficavam como empregados dos sócios, o que destruía o caráter solidário do empreendimento.

O fundo indivisível sinaliza que a empresa solidária não está a serviço de seus sócios atuais apenas, mas de toda a sociedade, no presente e no futuro. Por isso é preciso que ela persista no tempo e não deixe de ser solidária. O tamanho do fundo indivisível varia de empresa para empresa, dependendo das decisões anuais das assembleias de sócios. O fundo indivisível preserva a cooperativa da descapitalização se parte dos sócios se retirar dela. Além disso, ele impede que a cota de capital (referida apenas ao fundo divisível) se valorize excessivamente, o que dificultaria à cooperativa recrutar novos sócios. Há casos em que a empresa solidária fica muito rentável, o que a torna valiosa no mercado em que empresas são compradas e vendidas. Os sócios mais antigos podem ficar tentados a vender a cooperativa a alguma empresa capitalista interessada. Se, no entanto, uma grande parte do capital da cooperativa estiver indivisível, esta tentação é muito menor.

Os níveis de remuneração e as diferenças entre eles são decididos, em empresas capitalistas e solidárias, por sujeitos diferentes e com objetivos diferentes. O mesmo vale para a destinação dos lucros ou sobras. Na empresa capitalista, prevalecem sempre o poder e o interesse dos acionistas, representados pelo grupo controlador. Na empresa solidária, prevalecem o poder e o interesse dos sócios, cuja maioria em geral ganha menos por constituir a base da pirâmide de retiradas. O interesse dos sócios é manter e reforçar a solidariedade entre eles. É do seu interesse também maximizar o valor da retirada e da parcela das sobras apropriadas por cada sócio, mas como objetivo subalterno. O objetivo máximo dos sócios da empresa solidária é promover a economia solidária tanto para dar trabalho e renda a quem precisa como para difundir no país (ou no mundo) um modo democrático e igualitário de organizar atividades econômicas.

### **3. Autogestão e heterogestão**

Talvez a principal diferença entre economia capitalista e solidária seja o modo como as empresas são administradas. A primeira aplica a heterogestão, ou seja, a administração hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade, entre os quais as informações e consultas fluem de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para baixo. Os trabalhadores do nível mais baixo sabem muito pouco além do necessário para que cumpram suas tarefas, que tendem a ser repetitivas e rotineiras. À medida que se sobe na hierarquia, o conhecimento sobre a empresa se amplia porque as tarefas são cada vez menos repetitivas e exigem iniciativa e responsabilidade por parte do trabalhador. Nos níveis mais altos, o conhecimento sobre a empresa deveria ser (em tese) total, já que cabe a seus ocupantes tomar decisões estratégicas sobre os seus rumos futuros.

Esta descrição não é totalmente realista porque não considera os efeitos da competição entre setores e grupos de empregados situados nos níveis intermediários e elevados da hierarquia gerencial. Sobre tudo em empresas grandes, grupos rivais disputam a destinação dos fundos de investimento, cada um demandando mais capital para

expandir o setor em que exerce poder. Os gerentes da produção querem equipamentos novos para aperfeiçoar as técnicas de produção, os gerentes de vendas e marketing querem produtos melhores e mais baratos para conquistar mercado dos concorrentes, os dos laboratórios exigem mais recursos para desenvolver novos produtos e novos métodos de produção, os de pessoal solicitam mais dinheiro para contratar cursos de atualização etc. etc.

A competição exacerbada entre setores e grupos rivais. Embora sempre vise aumentar a lucratividade do conjunto, pode prejudicar o funcionamento da empresa como um todo, sobretudo se alguns setores sonegarem informações estratégicas aos setores rivais para enfraquecê-los. A alta direção precisa coibir o que seria *excesso de competição*, sem coibir a competição *sadia*, vista como essencial para obter o esforço máximo dos empregados. Mas, para tanto, seria preciso que ela tivesse toda a informação sobre o que se passa na empresa, o que a própria competição torna improvável. O segredo do negócio, que protege a competitividade da empresa contra rivais, é utilizado também pelos competidores internos à empresa, uns contra os outros.

A heterogestão, para atingir seus objetivos, tem de suscitar o máximo de cooperação entre os empregados, agrupados em seções, departamentos e sucursais. Competição e cooperação são, a rigor, incompatíveis entre si: se você coopera com seu rival, você o fortalece e ele pode vencê-lo na competição; se você não coopera com seu colega ou com o setor que depende de sua ajuda, a empresa inteira pode fracassar. Dentro dessa contradição a heterogestão funciona, sempre à procura de novas fórmulas que lhe permitam extrair o máximo de trabalho e eficiência do pessoal empregado.

A empresa solidária se administra democraticamente, ou seja, pratica a autogestão. Quando ela é pequena, todas as decisões são tomadas em assembléias, que podem ocorrer em curtos intervalos, quando há necessidade. Quando ela é grande, assembléias-gerais são mais raras porque é muito difícil organizar uma discussão significativa entre um grande número de pessoas. Então os sócios elegem delegados por seção ou departamento, que se reúnem para deliberar em nome de todos. Decisões de rotina são de responsabilidade de encarregados e gerentes, escolhidos pelos sócios ou por uma diretoria eleita pelos sócios.

Em empresas solidárias de grandes dimensões, estabelecem-se hierarquias de coordenadores, encarregados ou gestores, cujo funcionamento é o oposto do de suas congêneres capitalistas. As ordens e instruções devem fluir de baixo para cima e as demandas e informações de cima para baixo. Os níveis mais altos, na autogestão, são delegados pelos mais baixos e são responsáveis perante os mesmos. A autoridade maior é a assembléia de todos os sócios, que deve adotar as diretrizes a serem cumpridas pelos níveis intermediários e altos da administração.

Para que a autogestão se realize, é preciso que todos os sócios se informem do que ocorre na empresa e das alternativas disponíveis para a resolução de cada problema. Ao longo do tempo, acumulam-se diretrizes e decisões que, uma vez adotadas, servem para resolver muitos problemas freqüentes. Mas de vez em quando surgem problemas que

são complexos e cujas soluções alternativas podem afetar setores e sócios da empresa, de forma positiva alguns e negativa outros. Tais soluções podem exigir o encerramento de atividades consideradas obsoletas e sua substituição por outras, a aprendizagem de novas técnicas, a revisão do escalonamento das retiradas etc. O que ocasiona conflitos de opinião e/ou de interesse que dividem os sócios e ameaçam a solidariedade entre eles.

Pelo visto, a autogestão exige um esforço adicional dos trabalhadores na empresa solidária: além de cumprir as tarefas a seu cargo, cada um deles tem de se preocupar com os problemas gerais da empresa. Esse esforço adicional produz ótimos resultados quando se trata de envidar mais esforços para cumprir um prazo, eliminar defeitos de um produto ou para atingir algum outro objetivo que todos desejam. O fato de todos ficarem a par do que está em jogo contribui para a cooperação inteligente dos sócios, sem necessidade de que sejam incentivados por competições para saber quem é o melhor de todos. Mas o esforço adicional torna-se desgastante quando é preciso se envolver em conflitos, tomar partido pró ou contra companheiros, participar de reuniões cansativas etc.

O maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige. Em geral não é a direção da cooperativa que sonega informações aos sócios, são estes que preferem dar um voto de confiança à direção para que ela decida em lugar deles. E a direção tende, às vezes, a aceitar o pedido, sobretudo quando se trata de decisões que podem suscitar conflitos entre os sócios. É, em geral, mais fácil conciliar interesses e negociar saídas consensuais num pequeno comitê de diretores do que numa reunião mais ampla de delegados, que têm que prestar contas aos colegas que representam.

A prática autogestionária corre o perigo de ser corroída pela lei do menor esforço. Os gestores da cooperativa enfrentam freqüentemente questões urgentes, que têm de ser resolvidas sem haver tempo de consultar outros sócios. Nas assembleias, os problemas e as soluções adotadas costumam ser relatados como fatos consumados. É muito raro que algum participante se preocupe em discutir se a solução encontrada foi realmente a melhor. Se não houver algo emocionante, é provável que a assembleia aprove rapidamente e sem prestar atenção os relatórios dos gestores. Se a desatenção virar hábito, as informações relevantes passam a se concentrar em círculos seletos de responsáveis, cujas propostas têm toda chance de ser aprovadas, pelos sócios ou seus delegados, por inércia.

Há um truísmo que diz que cooperativas que vão mal fecham, as que vão bem deixam de ser cooperativas. Como generalização é falso, mas tem um fundo de verdade. Cooperativas que vão mal têm alto índice de participação dos sócios, todos interessados em consertar o que está errado. Tudo o que a direção faz é minuciosamente examinado, criticado e, se não há as melhoras esperadas, a direção é substituída. Cooperativas que vão bem podem vir a apresentar o quadro oposto: a lei do menor esforço concentra o poder de decisão de fato nos gestores e a empresa escorrega sem perceber para uma prática de heterogestão. Mas muitas cooperativas que têm êxito econômico praticam a autogestão,

pois seus sócios fazem questão dela pelos motivos certos: porque gostam de participar e se realizam na luta por um outro modo de produção.

O perigo de degeneração da prática autogestionária vem, em grande parte, da insuficiente formação democrática dos sócios. A auto gestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. É para isso que vale a pena se empenhar na economia solidária. Acontece que, até agora, grande parte dos cooperadores se insere na economia solidária enquanto modo de produção *intersticial* (conceito que discutiremos adiante), ou seja, para se reinserir à produção social e escapar da pobreza. Muitos não chegam a apreciar as potencialidades da autogestão, aceitando-a, no máximo, como exigência coletiva para poder participar da cooperativa.

As pessoas não são naturalmente inclinadas à auto gestão, assim como não o são à heterogestão. Poucos optariam espontaneamente por passar a vida recebendo ordens, atemorizados com o que lhes possa acontecer se deixarem de agradar aos superiores. Aprende-se a obedecer e temer os "superiores" desde os bancos escolares, num processo educativo que prossegue a vida inteira. As crianças são espontaneamente inquietas, curiosas, desejosas de participar em todos os jogos e brincadeiras. A escola reprime esses impulsos e as obriga a obedecer a horários, a ficar quietas e imóveis durante a aula, a decorar coisas que nada lhes dizem e a renunciar a satisfazer boa parte de sua curiosidade. E tudo isso sob a ameaça de reprimendas e castigos, o pior dos quais é não ser aprovado<sup>27</sup>. As imposições e repressões da família patriarcal vão na mesma direção.

Essa carga alienante é sacudida quando a pessoa se envolve em lutas emancipatórias, que desafiam a ordem vigente: greves, manifestações de protesto, reuniões de comunidades eclesiais de base, ocupações de terra visando à reforma agrária e muitas outras. Irmanar-se com os iguais, insurgir-se contra a sujeição e a exploração constituem experiências redentoras. Quando reiteradas, modificam o comportamento social dos sujeitos. Entre as empresas solidárias, a autogestão se pratica tanto mais autenticamente quanto mais sócios são militantes sindicais, políticos e religiosos.

As lutas emancipatórias alteram as instituições, introduzindo práticas democráticas e banindo as autoritárias. O sufrágio universal, que vige em muitos países, possibilitou a prática da democracia política, que de certo modo inverte a relação de poder (ao menos formal) entre governo ou autoridade pública e cidadãos. São estes que escolhem e remuneram aqueles, portanto é a sua vontade que deve prevalecer. A grande massa de cidadãos ainda não se conscientizou disso, mas quanto mais eleições se realizam, mais as campanhas eleitorais vão educando os eleitores, muitos dos quais vão adotando atitudes questionadoras e críticas em relação aos governantes.

---

<sup>27</sup> Não por acaso a palavra *apromdo* significa tanto passar de ano como obter a aprovação de outros.

Além da democracia política, outras conquistas importantes foram possibilitadas pela revolução feminina, que está abolindo a opressão do pai sobre a mulher e os filhos; e pela revolução sexual, correlata da primeira, que está acabando com a repressão sexual dos adolescentes e, sobretudo das mulheres (adolescentes ou não). Da mesma forma, um número crescente de instituições civis também está se democratizando: sindicatos, partidos, escolas e universidades, centros científicos, igrejas etc. Esses avanços antiautoritários e democráticos fazem com que as novas gerações sejam menos reprimidas e passivas que as de seus pais e avós.

Tudo isso provavelmente está por detrás do atual surto de auto gestão em quase todos os campos de interação social. Cresce o número de pessoas que se acostumaram a eleger autoridades, desde o grêmio estudantil, faculdades e departamentos na universidade, sindicatos e associações profissionais até prefeitos, governadores e presidentes da República e que não toleram mais trabalhar sob as ordens de chefias escolhidas pelos proprietários, cujo interesse - o lucro - é a única finalidade de todas as atividades desenvolvidas na empresa. Embora cresça ainda mais o número dos desempregados e excluídos sociais, ou que estão ameaçados de o serem, e que recorrem à economia solidária para se reinserir num sistema cujos princípios organizativos aceitam como "naturais".

Tanto a autogestão como a heterogestão apresentam dificuldades e vantagens, mas seria vão tentar compará-las para descobrir qual delas é a melhor. São duas modalidades de gestão econômica que servem a fins diferentes. A heterogestão parece ser eficiente em tornar empresas capitalistas competitivas e lucrativas, que é o que seus donos almejam. A autogestão promete ser eficiente em tornar empresas solidárias, além de economicamente produtivas, centros de interação democráticos e igualitários (em termos), que é o que seus sócios precisam.

## Capítulo II

### História

#### 1. Origens históricas da economia solidária

A economia solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção. A Grã-Bretanha foi a pátria da Primeira Revolução Industrial, precedida pela expulsão em massa de camponeses dos domínios senhoriais, que se transformaram no proletariado moderno. A exploração do trabalho nas fábricas não tinha limites legais e ameaçava a reprodução biológica do proletariado. As crianças começavam a trabalhar tão logo podiam ficar de pé, e as jornadas de trabalho eram tão longas que o debilitamento físico dos trabalhadores e sua elevada morbidade e mortalidade impediam que a produtividade do trabalho pudesse se elevar.

Por isso, industriais mais esclarecidos começaram a propor leis de proteção aos trabalhadores. Entre eles encontrava-se o britânico Robert Owen, proprietário de um imenso complexo têxtil em New Lanark. Em vez de explorar plenamente os trabalhadores que

empregava, Owen decidiu, ainda na primeira década do século XIX, limitar a jornada e proibir o emprego de crianças, para as quais ergueu escolas. O tratamento generoso que Owen dava aos assalariados resultou em maior produtividade do trabalho, o que tornou sua empresa bastante lucrativa, apesar de gastar mais com a folha de pagamento. Owen tornou-se objeto de grande admiração e respeito, adquirindo fama de filantropo. Visitantes do mundo inteiro vinham a New Lanark tentar decifrar o mistério de como o dinheiro gasto com o bem-estar dos trabalhadores era recuperado sob a forma de lucro, ao fim de cada exercício.

A Revolução Francesa provocou um longo ciclo de guerras na Europa, que se encerrou apenas em 1815, após a vitória britânica sobre Napoleão em Waterloo. Logo a seguir a economia da Grã-Bretanha caiu em profunda depressão. Owen apresentou uma proposta para auxiliar as vítimas da pobreza e do desemprego e restabelecer o crescimento da atividade econômica. Ele diagnosticou corretamente que a depressão era causada pelo desaparecimento da demanda por armamentos, navios, provisões e demais produtos necessários à condução da guerra. Com a perda do trabalho e da renda dos que estavam ocupados na produção bélica, o mercado para a indústria civil também se contraiu. Para reverter essa situação era necessário reinserir os trabalhadores ociosos na produção, permitindo-lhes ganhar e gastar no consumo, o que ampliaria o mercado para outros produtores.

Em 1817, Owen apresentou um plano ao governo britânico para que os fundos de sustento dos pobres, cujo número estava se multiplicando, em vez de serem meramente distribuídos, fossem invertidos na compra de terras e construção de Aldeias Cooperativas, em cada uma das quais viveriam cerca de 1.200 pessoas trabalhando na terra e em indústrias, produzindo assim a sua própria subsistência. Os excedentes de produção poderiam ser trocados entre as Aldeias. Com cálculos cuidadosos de quanto teria de ser investido em cada Aldeia, Owen tentava mostrar que haveria imensa economia de recursos, pois os pobres seriam reinseridos à produção em vez de permanecerem desocupados. Em pouco tempo, a desnecessidade de continuar subsidiando os ex-pobres permitiria devolver aos cofres públicos os fundos desembolsados.

O raciocínio econômico de Owen era impecável, pois o maior desperdício, em qualquer crise econômica do tipo capitalista (devida à queda da demanda total), é a ociosidade forçada de parte substancial da força de trabalho. Há um efetivo empobrecimento da sociedade, que se concentra nos que foram excluídos da atividade econômica. Portanto, conseguir trabalho para eles é expandir a criação de riqueza, permitindo a rápida recuperação do valor investido. Isso foi demonstrado de outra forma por John M. Keynes, também britânico, durante a terrível crise da década de 1930. Desta vez os governos atenderam o apelo e passaram a praticar políticas de pleno emprego que funcionaram durante cerca de 30 anos, demonstrando a veracidade da tese de Keynes, antecipada 119 anos antes por Owen.

Mas, na segunda década do século XIX, o governo britânico se negou a implementar o engenhoso plano de Owen, que passou a radicalizar sua proposta. "Quanto mais Owen explicava o seu 'plano', mais evidente se tornava que o que ele propunha não era simplesmente baratear o sustento dos pobres, mas uma mudança completa no sistema social e uma abolição da empresa lucrativa capitalista" (COLE, 1944, p. 20). Com isso, Owen perdeu

seus admiradores da classe alta e, desiludido, partiu para os Estados Unidos com a intenção de erguer num meio social mais novo, e por isso menos deteriorado, uma Aldeia Cooperativa que seria um modelo da sociedade do futuro, a ser imitado por pessoas de boa vontade mundo afora. Ela foi estabelecida, em 1825, em New Harmony, no estado de Indiana, e logo sofreu sucessivas cisões. Owen permaneceu à sua testa até 1829, quando, desiludido, voltou à Inglaterra.

Mas, enquanto ele permanecia além-mar, seus discípulos começaram a pôr em prática as idéias dele, criando sociedades cooperativas por toda parte. Esse movimento coincide com o surto de sindicalismo, desencadeado pela revogação dos Combination Acts. Essa legislação proibia qualquer organização dos trabalhadores como atentado à livre concorrência e foi usada para perseguir com grande empenho os sindicatos existentes, dos quais muitos desapareceram e os demais foram para a clandestinidade. Com a sua revogação, em 1824, novos sindicatos foram formados e, juntamente com eles, cooperativas.

A primeira cooperativa owenista foi criada por George Mudie, que reuniu um grupo de jornalistas e gráficos em Londres e propôs que formassem uma comunidade para juntos viverem dos ganhos de suas atividades profissionais. Em 1821 e 1822, Mudie e seus companheiros publicaram *The Economist*, o primeiro jornal cooperativo. Formaram a London Co-operative Society, mas após algum tempo desistiram de viver em comunidade. Em 1823 surgiu um novo jornal, *The Political Economist And Universal Philantropist*, e no ano seguinte apareceu uma nova London Co-operative Society. Outro empreendimento owenista foi a Comunidade de Orbiston, fundada em 1826, liderada por Abram Combe, da qual Mudie participou investindo nela tudo o que possuía: 1.000 libras esterlinas. Durante algum tempo a Comunidade progrediu e iniciou experimentos em educação e num sistema de repartição baseada em pagamento igual por hora de trabalho de qualquer pessoa. Infelizmente, em agosto de 1827, Combe faleceu e seu irmão e herdeiro despejou a Comunidade para pagar as dívidas assumidas (COLE, 1944, p. 20-22).

Brighton, um lugar de veraneio, foi palco de importante iniciativa cooperativa encabeçada pelo Dr. William King, que era conhecido como "médico dos pobres". Em 1827 surgiu a Brighton Co-operative Trading Association (Associação Cooperativa de Troca de Brighton), com o objetivo de formar uma comunidade cooperativa owenista, mas ela começou por funcionar como armazém cooperativo para ajudar a formar um fundo de capital. Seus sócios eram predominantemente operários. A associação arrendou terras e empregou membros no cultivo de legumes para serem vendidos no armazém. Diversas cooperativas descendentes desta primeira se desenvolveram em Brighton, Worthington, Findon, Turnbridge Wells, Canterbury e Gravesend. Em 1830, King deixou a associação por problemas familiares e em 1832 ela desapareceu.

A Brighton Association começou, em 1828, a publicação de um pequeno mensário *The Co-operator*, redigido por King e dedicado a expor sistematicamente os princípios do cooperativismo. Ele durou dois anos e penetrou em todo o país. Em seu número inicial, *The Co-operator* registrou a existência de apenas quatro cooperativas; em meados de 1829, este número já era de 70, e no fim do ano atingiu 130, além da abertura do London Co-

operative Bazaar. Em agosto de 1830, King encerrou a publicação do *The Co-operator* e o número final registrou a existência de mais de 300 cooperativas. Nessa época, a imprensa cooperativa também se havia diversificado, com o surgimento de novos órgãos (COLE, 1944, p. 22-23).

No meio dessa ascensão do cooperativismo, o owenismo foi assumido pelo crescente movimento sindical e cooperativo da classe trabalhadora. Um dos seus grandes líderes, John Doherty, conseguiu, em 1829, organizar os fiandeiros de algodão em um sindicato nacional. A partir desta vitória, ele passou a lutar pela organização sindical de todas as categorias de trabalhadores, logrando fundar em 1833-34 o Grand National Consolidated Trades Union (sucessora da Grand National Moral Union de Owen, posteriormente a primeira central sindical do mundo<sup>28</sup>). "Tornou-se comum que grevistas, em ramos que podiam ser operados sem muita máquina, em vez de cruzar os braços, se lançassem em competição com seus empregadores à base de planos de produção cooperativa" (COLE, 1944, p. 24).

A criação desse tipo de cooperativa, estreitamente ligada à luta de classes conduzida pelos sindicatos, conferia a essa luta uma radicalidade muito maior. Os trabalhadores em conflito com seus empregadores, em vez de se limitar a reivindicações de melhora salarial e de condições de trabalho, passavam a tentar substituí-los no mercado.

A greve tornava-se uma arma não para melhorar a situação do assalariado, mas para eliminar o assalariamento e substituí-lo por autogestão.

"Muitas das sociedades cooperativas que foram fundadas no fim dos anos 20 e começo dos 30 [do século XIX] eram desta espécie, originadas ou de greves ou diretamente de grupos locais de sindicalistas, que haviam sofrido rebaixa de salários ou falta de emprego. Algumas destas cooperativas foram definitivamente patrocinadas por sindicatos; outras foram criadas com a ajuda de Sociedades Benéficas cujos membros provinham do mesmo ofício. Em outros casos, pequenos grupos de trabalhadores simplesmente se uniam sem qualquer patrocínio formal e iniciavam sociedades por conta própria" (COLE, 1944, p. 24).

Ao lado destas *cooperativas operárias* havia sociedades de propaganda owenista, que tinham como objetivo fundar Aldeias Cooperativas, atualmente chamadas de "cooperativas integrais", pois organizavam integralmente produção e consumo. Dessas sociedades originavam-se frequentemente *armazéns cooperativos* (como o da Associação Cooperativa de Troca de Brighton, encabeçada por King), criados para empregar alguns de seus membros, tendo em vista consumir seus próprios produtos ou trocá-los por escambo<sup>29</sup> pelos de outras sociedades com os mesmos propósitos. Muitos dos armazéns passaram a adquirir produtos das cooperativas operárias e distribuí-los, transformando-se em centros de escambo da produção cooperativa, denominados Exchange Bazaars (bazares de troca) ou Equitable Labour Exchanges (bolsas equitativas de trabalho).

<sup>28</sup> "Todos os movimentos sociais, todos os progressos reais, que surgiram na Inglaterra, estão ligados ao nome de Owen. [ ... ] Ele presidiu o primeiro congresso em que *trade unions* [sindicatos] de toda a Inglaterra se uniram numa única grande central sindical" (ENGELS. 1894, p. 324-325).

<sup>29</sup> Escambo é troca direta, de produto por produto, sem uso de dinheiro

Owen, como muitos socialistas da época, rejeitava o comércio visando ao lucro como essencialmente parasitário: "Os distribuidores, pequenos, médios e grandes, têm todos de ser mantidos pelos produtores e, quanto maior o número dos primeiros comparado ao destes, maior será a carga suportada pelo produtor; pois à medida que aumenta o número de distribuidores, a acumulação de riqueza tem de diminuir e mais tem de ser exigido do produtor. Os distribuidores de riqueza, sob o sistema atual, são um peso morto sobre os produtores e os mais ativos desmoralizadores da sociedade" (OWEN, 1821 *apud* MILL, 2000, p.68).

A rejeição do comércio (assim como de toda atividade visando ao lucro) levou as sociedades owenistas a criar os bazares ou bolsas que acabaram por polarizar boa parte da produção das cooperativas operárias, conferindo-lhes viabilidade econômica. Uma contrapartida hodierna seria o "clube de troca", que cria mercado entre seus membros mediante uma moeda própria. Quando Owen voltou à Inglaterra, ele deu grande impulso a esse comércio sem intermediários, criando o National Equitable Labour Exchange (Bolsa Nacional de Trabalho Equitativo). Sua finalidade era oferecer a todos os cooperadores um mercado em que pudessem trocar seus produtos. A sua primeira sucursal foi aberta em 1832, logo seguida por uma segunda, sendo imitados por cooperadores em Birmingham, Liverpool, Glasgow e em outras cidades. Em julho de 1833, Owen transferiu a gerência da bolsa a um Comitê Sindical de Londres, que representava os sindicatos cujos membros haviam se engajado em produção cooperativa.

As trocas nessas bolsas não eram estritamente escambo, pois eram intermediadas por uma moeda própria: as notas de trabalho, cuja unidade eram horas de trabalho. Os bens oferecidos à venda eram avaliados pelo tempo de trabalho médio que um operário padrão levaria para produzi-los. Cada bem era avaliado por este critério por um comitê formado por profissionais do ramo correspondente. Adotou-se como padrão um operário que ganhasse seis dinheiros por hora. A hora de trabalho remunerada acima deste valor era aumentada na mesma proporção. Assim, por exemplo, uma peça de pano feita por um tecelão que ganhasse 12 dinheiros por hora e que levasse 5 horas para ser produzida valeria 10 horas de trabalho no padrão monetário da bolsa.

A esse respeito, Cole (1944, p. 31) observou: "Isso significava, com efeito, o mesmo que aceitar a avaliação de mercado dos diferentes graus e espécies de trabalho, tornando as notas de trabalho meras traduções em tempo de trabalho das quantias de dinheiro determinadas ordinariamente pelo comércio". A primeira parte da observação é correta, a segunda não. O que Marx chamava de "grau de complexidade do trabalho" como gerador de valor era calculado pelo escalonamento salarial do *mercado de trabalho*, ou seja, aceitava-se que um trabalho pior pago gerava um valor menor que outro mais bem pago. Mas isso não significa que os preços em tempo de trabalho, assim calculados, equivaliam aos do comércio ordinário. Estes últimos incluem uma margem de lucro proporcional ao valor do capital investido na atividade e nada indica que os preços praticados nas bolsas tivessem tal margem.

As bolsas "de trabalho equitativo" excluía o lucro industrial na formação de seus

preços<sup>30</sup>.

Durante certo tempo as bolsas eqüitativas tiveram notável sucesso. A de Birmingham teve lucro (o que indica que nos preços em notas de trabalho havia alguma margem para cobrir as despesas da bolsa), que ela doou a um hospital. Em 1834, a Bolsa Nacional de Trabalho Eqüitativo encerrou suas atividades, por efeito da derrota geral do movimento operário em seu confronto com os empregadores.

A luta dos sindicatos contra os capitalistas utilizando as cooperativas operárias como arma para disputar-lhes o mercado, estava chegando ao auge em 1833, quando Owen reapareceu, assumindo sua liderança. Em setembro daquele ano, o Sindicato dos Trabalhadores em Construção, formado pela união das associações de ofício do ramo, reuniu seu Parlamento dos Construtores em Manchester. Owen compareceu e propôs que criassem a Grande Guilda Nacional dos Construtores para suplantir os empreiteiros privados e tomar toda a indústria em suas próprias mãos, reorganizando-a sob a forma de uma grande cooperativa nacional de construção.

Em outubro, tendo sido sua proposta aprovada pelos construtores, Owen foi ao Congresso Cooperativo de Londres, onde propôs a criação da Grande União Nacional Moral das Classes Produtivas do Reino Unido.

"Era para ser constituída por delegados de todos os ramos organizados de atividade à base de sindicatos paroquiais, distritais e provinciais e parece que tinha por objetivo tomar toda a indústria do país do mesmo modo que os construtores se propunham a tomar a indústria de construção. Os delegados partiram comprometidos com o estabelecimento deste instrumento espantosamente ambicioso e a realização de um novo congresso em Barnsley na páscoa seguinte" (COLE, 1944, p. 27-28).

Eis que o cooperativismo, em seu berço ainda, já se arvorava como modo de produção alternativo ao capitalismo. O projeto grandioso de Owen equivalia ao que mais tarde se chamou de República Cooperativa, e ele a propôs, não à moda dos utópicos da época aos mecenas para que a patrocinassem, mas ao movimento operário organizado, que ainda estava lutando por seus direitos políticos. Foi um curto mas inolvidável momento da história da Grã-Bretanha e também do cooperativismo, que vai, deste modo, ainda imaturo, à pia batismal da revolução.

No mesmo ano memorável de 1833 é aprovado o Factory Act, que estabelece uma legislação protetora do trabalhador de fábrica, mas recusa a limitação da jornada de Trabalho a dez horas, causando forte frustração. Em novembro, Owen lidera a reação entre os sindicalistas do norte, criando a Sociedade pela Regeneração Nacional, para conquistar de uma vez a jornada de oito horas, *não por lei, mas pela recusa em massa de trabalhar*

<sup>30</sup> Cole argumenta que as bolsas não poderiam praticar preços diferentes do comércio em geral porque, se o fizessem, "eles venderiam rapidamente todos os artigos relativamente mais baratos e ficariam sem vender os relativamente mais caros" (p. 31). Isso seria o caso se houvesse conversibilidade entre as notas de trabalho e as libras esterlinas. Deve-se supor que para obter notas de trabalho era preciso vender algo na bolsa, sendo este algo um produto cooperativo. Neste caso, o mercado cooperativo seria fechado e poderia praticar preços diferentes dos do comércio. Mas negociantes comuns vendiam seus produtos em troca de notas de trabalho para comprar produtos cooperativos com elas. Isso pode significar que eles praticavam arbitragem entre os preços externos e internos da bolsa ou que os últimos acabaram sendo ajustados aos primeiros, como imagina Cole.

*além deste período!* A Sociedade rapidamente se expandiu, conquistando considerável número de seguidores. A fé na ação direta se difundia num momento de mobilização intensa. Tudo parecia possível desde que todos os trabalhadores agissem em uníssono.

Mas a reação dos empregadores já havia começado. Em junho de 1833, os empreiteiros resolveram fazer um *lock-out* (greve patronal, literalmente "exclusão"), demitindo todos os trabalhadores que pertenciam ao Sindicato dos Trabalhadores em Construção. A luta começou em Liverpool e se estendeu a Manchester e a outros centros. Ela foi cruel e longa, terminando apenas no fim do ano com a derrota dos trabalhadores, que tiveram de abrir mão do sindicato para poder voltar ao trabalho. Foi durante esta luta que Owen propôs ao Parlamento dos Construtores tomar a indústria dos capitalistas e reorganizá-la como cooperativa.

Em novembro, os industriais têxteis decretaram o *lock-out*, demitindo todos os sindicalizados. Estes, em resposta, abriram cooperativas operárias e tentaram vender seus produtos nas bolsas de trabalho, em todo o país. A Grande União Nacional Moral das Classes Produtoras (GUNM), ainda em organização, resolveu cobrar uma taxa extra de seus membros para angariar fundos para os tecelões excluídos.

"Mas greves e *lock-outs* logo se multiplicaram em outras partes do país e os recursos da União estavam longe de poder manter os excluídos. A detenção e condenação dos trabalhadores de Dorchester, em março de 1834, foi mais um golpe, pois ameaçava os sindicatos em todos os lugares com penalidades legais, somadas à hostilidade dos empregadores. A GUNM e a maioria dos seus afiliados aboliram os juramentos, que eram comumente parte das cerimônias de iniciação sindical e haviam fornecido a base para as condenações de Dorchester.

Mas, em face da crescente militância dos empregadores e da declarada hostilidade do governo, os sindicalistas em muitas áreas começaram a perder o ânimo. Owen e seus discípulos puseram-se à frente da demanda pela libertação dos trabalhadores de Dorchester e entraram na GUNM em bloco, na esperança de salvar a situação. Mas uma greve sem sucesso dos alfaiates de Londres \_ que em seu decorrer cobriram Londres de cartazes anunciando que estavam partindo em bloco para a Produção Cooperativa piorou seriamente a situação; e os empregadores de Yorkshire, retomando a ofensiva do ano anterior, conseguiram em maio e junho quebrar o poder do Sindicato de Leeds. O Sindicato dos Trabalhadores em Construção também estava ruindo face a repetidos ataques.[...] E uma após a outra, as associações de ofício foram deixando o sindicato, que no fim de 1834 se extinguiu. As oficinas cooperativas em Derby tiveram de fechar, e os homens foram forçados a voltar ao trabalho nas condições impostas pelos empregadores. O Sindicato dos Oleiros, que montou uma olaria cooperativa em junho de 1834, teve de abandoná-la seis meses depois. A grande aventura sindical estava chegando a um fim sem glória" (COLE, 1944, p. 29).

Esta é a origem histórica da economia solidária. Seria justo chamar esta fase inicial de sua história de "cooperativismo revolucionário", o qual jamais se repetiu de forma tão nítida. Ela tornou evidente a ligação essencial da economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo. A figura que sintetizou pensamento e ação nesta fase foi sem

dúvida Owen, exemplo acabado de pensador e homem de ação e que inspiraria os seus sucessores. Engels colaborou na imprensa owenista e tanto ele quanto Marx deveram muito a Owen, dívida, aliás, nunca contestada.

Para completar o quadro, seria preciso fazer menção ao menos à experiência na França. Lá o grande autor foi Charles Fourier, que, no entanto, não era homem de ação e nunca quis que seu projeto de falanstério fosse realizado por discípulos. Seu sonho era que algum capitalista se interessasse pelo seu sistema e se dispusesse a experimentá-lo. Sua idéia central era que a sociedade se organizasse de uma forma que todas as paixões humanas pudessem ter livre curso para produzir uma harmonia universal. O principal objetivo dessa organização social seria dispor o trabalho de tal forma que se tornasse atraente para todos, do que deveria resultar enorme aumento de produtividade e de produção. Daí surge a idéia do falanstério, uma comunidade suficientemente grande (com 1.800 pessoas trabalhando) para oferecer a cada um ampla escolha entre trabalhos diversos. Fourier acreditava que cada pessoa poderia encontrar um ou mais trabalhos que estivessem de acordo com suas paixões e aos quais ela poderia se entregar quase sem se importar com a remuneração.

Mas o falanstério não é coletivista como a Aldeia Cooperativa de Owen. Nele se preservam a propriedade privada e a liberdade individual de mudar de trabalho. Os meios de produção seriam de todos os membros, mas sob a forma de propriedade acionária. O resultado do trabalho de todos seria repartido de acordo com proporções fixas: 5/12 pelo trabalho, 4/12 pelo capital investido e 3/12 pelo talento. E ele concebe um engenhoso sistema de mercado que deve conciliar as preferências por diferentes tipos de produto dos membros enquanto consumidores e por diferentes tipos de trabalho dos mesmos enquanto produtores.

Para evitar que a sociedade se polarize entre ricos e pobres, Fourier propõe diversos mecanismos de redistribuição: 1) que as ações devem dar rendimento tanto maior quanto menor for o número delas possuído pela pessoa, de modo que os pequenos acionistas teriam um rendimento proporcionalmente muito maior que os grandes; 2) todos teriam uma renda mínima, "modesta mas muito decente", mesmo que não trabalhem. Esta proposta faz sentido, pois todos trabalharão por paixão, e não por necessidade, embora as pessoas continuem competindo por riquezas, já que o sistema manteria propriedade, herança, juros sobre o capital e alguma desigualdade entre ricos e pobres.

"É sobre a livre iniciativa individual apenas que ele espera fazer uma experiência de seu sistema - uma iniciativa que ele solicita, implora, dirigindo-se ao grande capitalista e a príncipes desengajados com tocante pertinácia" (GIDE, 1971, p. 22). O sistema de Fourier é uma variedade de socialismo de mercado, centrado na liberdade individual, na livre escolha dos trabalhos, organizados em equipes e na propriedade por ações dos meios de produção. O sistema é coerente: para que a liberdade humana culmine na paixão pelo trabalho é necessário que ninguém dependa dele para viver, o que requer uma renda cidadã que garanta a todos uma sobrevivência digna.

A idéia de que todos deveriam viver em comunidades autogeridas torna o Estado dispensável, o que faz de Fourier um predecessor dos anarquistas, como nota Gide:

"Como a nova ordem social deve se basear apenas sobre a atração, nem é preciso

dizer que Fourier não pensa em empregar a força. Nunca, de fato, ele apela a legisladores, a governo, a uma autoridade, a um poder coercitivo de qualquer espécie; eu nem mesmo sei se a palavra Estado, que hoje serve para caracterizar todas as escolas mais ou menos socialistas, aparece uma única vez em seus livros. Nisso ele pertence à escola liberal mais pura e desde que ele não reconhece nem mesmo a necessidade do Estado policial, pode-se ir ao ponto de dizer que ele pertence à escola anarquista. se este termo não se chocasse estranhamente com o seu amor à ordem e simetria" (GIDE, 1971, p. 21-22).

Fourier teve discípulos ilustres - Muiron, Considerant, Godin, Mme. Vigoureux -, que se congregaram a partir de 1825 e estabeleceram o que se chamou de "escola associativa". Em 1832 eles foram reforçados pela adesão de importantes ex-saintsimonianos como Lechavalier e Transon, iniciaram a publicação de um semanário - *Le Phalanstère* - e organizaram cursos, alguns dados pelo próprio Fourier. Com a morte de Fourier em 1837, suas doutrinas tiveram novo impulso, fazendo com que a escola crescesse cada vez mais e atingisse 3.700 membros na véspera da Revolução de 1848, entre os quais o próprio futuro imperador Luís Napoleão.

A experimentação prática do sistema de Fourier se deu mais nos Estados Unidos.

"Três grandes associações, aplicando em maior ou menor extensão os princípios do fourierismo, foram criadas quase simultaneamente: The North American Phalanx, fundada por Brisbane no estado de Nova Jersey, The Wisconsin Phalanx, no estado do mesmo nome. e a mais famosa de todas, a Brook Farm, perto de Boston, que teve homens muito ilustres entre seus membros, alguns dos quais desempenharam papéis de liderança na organização que se chamou Sovereigns of Industry [Soberanos da Indústria] e nos Knights of Labour [Cavaleiros do Trabalho] e no movimento cooperativista. Até mesmo Channing e Hawthorne ficaram algum tempo lá. Estima-se em 30 o número de tais comunidades; mas nenhuma durou mais do que cinco ou seis anos" (GIDE, 1971, p. 41-42).

Owen e Fourier foram, ao lado de Saint-Simon, os clássicos do Socialismo Utópico. O primeiro foi, além disso, grande protagonista dos movimentos sociais e políticos na Grã-Bretanha nas décadas iniciais do século XIX. O cooperativismo recebeu deles inspiração fundamental, a partir da qual os praticantes da economia solidária foram abrindo seus próprios caminhos, pelo único método disponível no laboratório da história: o da tentativa e erro.

## Capítulo IV

### Presente e futuro

#### 1. A reinvenção da economia solidária no fim do século XX

Na medida em que o movimento operário foi conquistando direitos para os assalariados, a situação destes foi melhorando: menos horas de trabalho, salários reais mais elevados, seguridade social mais abrangente e de acesso universal, ou quase, tornaram-se realidade nos países desenvolvidos. Mesmo em países semi-industrializados, como o Brasil, os direitos obtidos pelos sindicatos deram a muitos assalariados formais (com carteira de trabalho assinada) um padrão de vida de classe média.

Este avanço se acentuou e generalizou após a Segunda Guerra Mundial e debilitou a crítica à alienação que o assalariamento impõe ao trabalhador. Em vez de lutar contra o assalariamento e procurar uma alternativa emancipatória ao mesmo, o movimento operário passou a defender os direitos conquistados e sua ampliação. Os sindicatos tornaram-se organizações poderosas, cuja missão passou a ser a defesa dos interesses dos assalariados, dos quais o mais crucial é conservar o emprego. Por meio do emprego, os trabalhadores alcançam uma espécie de cidadania "social" que compensaria a posição subordinada e alienada que ocupam na produção.

Esta mudança foi sem dúvida uma das causas do crescente desinteresse pela economia solidária e pela tolerância com a introdução do assalariamento nas cooperativas e da "profissionalização" de suas gerências. Em termos quantitativos, o movimento cooperativista nunca deixou de se expandir em plano mundial, mas qualitativamente é provável que a sua degeneração tenha se acentuado. Surgiu uma classe operária que se acostumou ao pleno emprego (que vigorou nos países centrais entre as décadas de 1940 e 1970) e se acomodou no assalariamento.

Tudo isso mudou radicalmente a partir da segunda metade dos anos 70, quando o desemprego em massa começou o seu retorno. Nas décadas seguintes, grande parte da produção industrial mundial foi transferida para países em que as conquistas do movimento operário nunca se realizaram. O que provocou a desindustrialização dos países centrais e mesmo de países semi-desenvolvidos como o Brasil, eliminando muitos milhões de postos de trabalho formal. Ter um emprego em que seja possível gozar os direitos legais e fazer carreira passou a ser privilégio de uma minoria. Os sindicatos se debilitaram pela perda de grande parte de sua base social e conseqüentemente de sua capacidade de ampliar os direitos dos assalariados. Na realidade, pela pressão do desemprego em massa, a situação dos trabalhadores que continuaram empregados também piorou: muitos foram obrigados a aceitar a "flexibilização" de seus direitos e a redução de salários diretos e indiretos. Sobretudo a instabilidade no emprego se agravou, e a competição entre os trabalhadores dentro das empresas para escapar da demissão deve ter se intensificado.

Como resultado, ressurgiu com força cada vez maior a economia solidária na maioria dos países. Na realidade, ela foi reinventada. Há indícios da criação em número cada vez maior de novas cooperativas e formas análogas de produção associada em muitos países. *O que distingue este "novo cooperativismo" é a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento.* Essa mudança está em sintonia com outras transformações contextuais que atingiram de forma profunda os movimentos políticos de esquerda.

A primeira destas transformações foi a crise dos Estados do "socialismo realmente existente" da Europa Oriental, que estourou em 1985, com a Perestroika e a Glasnost na União Soviética, e culminou em 1991 com a sua dissolução. Até mesmo a Iugoslávia, que desenvolveu um modo de produção com traços de economia solidária, teve o mesmo destino. Subitamente ficou claro para milhões de socialistas e comunistas de todo o mundo que o

planejamento central da economia do país, imposto por uma pseudo-"ditadura do proletariado", não constrói uma sociedade que tenha qualquer semelhança com o que sempre se entendeu que fosse socialismo ou comunismo. Esta nova consciência levou indubitavelmente muitos a se reconciliar com o capitalismo, mas muitos outros sentem-se desafiados a buscar um novo modelo de sociedade que supere o capitalismo, em termos de igualdade, liberdade e segurança para todos os cidadãos.

A outra transformação contextual foi o semifracasso dos governos e partidos social-democratas, principalmente na Europa mas também, *mutatis mutandi*, na América Latina. Mesmo vencendo eleições e exercendo o poder governamental, os social-democratas não conseguiram muito mais do que atenuar os excessos do neoliberalismo e preservar mal as instituições básicas do Estado de bem-estar social. Não tentaram reverter a privatização dos serviços públicos nem a desregulamentação das finanças mundiais, submetendo as economias nacionais, sobretudo na periferia, aos ditames do grande capital financeiro global.

As duas transformações subverteram a concepção (até então amplamente dominante) de que o caminho da emancipação passa necessariamente pela tomada do poder de Estado. O foco dos movimentos emancipatórios voltou-se então cada vez mais para a sociedade civil: multiplicaram-se as organizações não-governamentais (ONGS) e movimentos de libertação cuja atuação visa preservar o meio ambiente natural, a biodiversidade, o resgate da dignidade humana de grupos oprimidos e discriminados (de que o zapatismo mexicano talvez seja o paradigma) e a promoção de comunidades que por sua própria iniciativa e empenho melhoram suas condições de vida, renovam suas tradições culturais etc.

É neste contexto que se verifica a reinvenção da economia solidária. O programa da economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção dominante. O avanço da economia solidária não prescinde inteiramente do apoio do Estado e do fundo público, sobretudo para o resgate de comunidades miseráveis, destituídas do mínimo de recursos que permita encetar algum processo de auto-emancipação. Mas, para uma ampla faixa da população, construir uma economia solidária depende primordialmente dela mesma, de sua disposição de aprender e experimentar, de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade e da democracia e de sua disposição de seguir estes princípios na vida cotidiana etc.

Cumpramos observar, no entanto, que a reinvenção da economia solidária não se deve apenas aos próprios desempregados e marginalizados. Ela é obra também de inúmeras entidades ligadas, ao menos no Brasil, principalmente à Igreja Católica e a outras igrejas, a sindicatos e a universidades. São entidades de apoio à economia solidária, que difundem entre trabalhadores sem trabalho e microprodutores sem clientes os princípios do cooperativismo e o conhecimento básico necessário à criação de empreendimentos solidários. Além disso, estas entidades de apoio treinam os cooperadores em autogestão e acompanham as novas empresas dando-lhes assistência tanto na realização de negócios como na construção do relacionamento interno da

cooperativa.

## 2. Perspectivas da economia solidária

A reinvenção da economia solidária é tão recente que se toma arriscado projetar a sua tendência de crescimento acelerado para o futuro. Em grande medida, as empresas solidárias são resultados diretos da falência de firmas capitalistas, da subutilização do solo por latifúndios (o que permite, no Brasil, exigir sua expropriação para fins de reforma agrária) e do desemprego em massa. Pode-se projetar a vasta crise do trabalho que atingiu a maioria dos países nos anos 80 e 90 do século XX para as próximas décadas?

55

É preciso considerar que a abertura de mercados ao comércio e o deslocamento de empresas para países de trabalho barato são mudanças estruturais que tendem a se esgotar no tempo. Provavelmente, nos próximos decênios, o deslocamento de postos de trabalho industriais e de serviços do centro da economia mundial para a periferia perderá intensidade. Muito vai depender também do ritmo de crescimento das economias nacionais, estimuladas por novos padrões de consumo que decorrem dos efeitos não só da revolução microeletrônica mas também da genômica e de outras frentes da biotecnologia. E da capacidade das potências dominantes de manter alguma ordem no mercado financeiro global, para evitar que crises financeiras localizadas (que são quase ininterruptas, variando apenas de lugar a cada período) se transformem em crises globais.

Isso significa que se a economia solidária for apenas uma resposta às contradições do capitalismo no campo econômico seu crescimento poderá se desacelerar no futuro e, pior, ela não passará de uma forma complementar da economia capitalista, cuja existência será funcional para preservar fatores de produção - trabalho, terra, equipamentos e instalações - que, se ficassem sem utilização, estariam sujeitos a se deteriorar. Em suma, a economia solidária só teria perspectivas de desenvolvimento se a economia capitalista mergulhasse numa depressão longa e profunda (como a da década de 1930, por exemplo) ou se a hegemonia da burguesia rentista mantivesse a economia da maioria dos países crescendo sempre menos que a elevação da produtividade do trabalho.

Há, no entanto, uma outra alternativa. A economia solidária é ou poderá ser *mais do que mera resposta* à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: *uma alternativa superior ao capitalismo*. Superior não em termos econômicos estritos, ou seja, que as empresas solidárias regularmente superariam suas congêneres capitalistas, oferecendo aos mercados produtos ou serviços melhores em termos de preço e/ou qualidade. A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., uma *vida melhor*.

Vida melhor não apenas no sentido de que possam consumir mais com menor dispêndio de esforço produtivo, mas também melhor no relacionamento com familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, colegas de estudo etc.; na liberdade de cada um de escolher o trabalho que lhe dá mais satisfação; no direito à autonomia na atividade produtiva,

de não ter de se submeter a ordens alheias, de participar plenamente das decisões que o afetam; na segurança de cada um saber que sua comunidade jamais o deixará desamparado ou abandonado. A grande aspiração que, desde os seus primórdios, sempre animou a economia solidária tem sido superar as tensões e angústias que a competição de todos contra todos acarreta naqueles que se encontram mergulhados na lógica da "usina satânica", tão bem analisada por Karl Polanyi.

A economia solidária foi concebida pelos "utópicos" como uma nova sociedade que unisse a forma industrial de produção com a organização comunitária da vida social.

"Embora tenha sido a fonte do socialismo moderno, suas propostas não se baseavam na questão da propriedade. que é apenas o aspecto legal do capitalismo. Ao enfocar o novo fenômeno da indústria. como o fez Saint-Simon, reconheceu o desafio da máquina. Porém o traço característico do owenismo era sua insistência no enfoque *social*: negava-se a aceitar a divisão da sociedade em uma esfera econômica e uma esfera política e por essa razão rechaçava a ação política. A aceitação de uma esfera econômica separada teria implicado o reconhecimento do princípio do ganho e do lucro como força organizadora da sociedade. Owen negou-se a fazê-lo. Seu gênio reconheceu que a incorporação da máquina só seria possível numa nova sociedade. [ ... ] New Lanark havia lhe ensinado que na vida de um trabalhador os salários são somente um de muitos fatores tais como o ambiente natural e doméstico. a qualidade e o preço dos bens. a estabilidade do emprego e a segurança de sua posição. [ ... ] Mas o ajuste incluía muito mais do que isso. A educação de meninos e adultos. a provisão de entretenimento. dança e música e o pressuposto geral de elevadas normas morais e pessoais para velhos e jovens criavam a atmosfera em que a nova posição era alcançada pela população industrial em conjunto." (POLANY, 1944, p.174).

Trata-se duma concepção de socialismo que dominou a infância e a adolescência do movimento operário europeu e que nunca desapareceu inteiramente, mas foi ofuscada pela perspectiva da "tomada do poder" seja pelo voto, após a conquista do sufrágio universal, seja pela força, após a longa série de revoluções armadas vitoriosas, inaugurada pelo Outubro soviético. É a concepção de que é possível criar um novo ser humano a partir de um meio social em que cooperação e solidariedade não apenas serão possíveis entre todos os seus membros, mas serão formas *racionais* de comportamento em função de regras de convívio que produzem e reproduzem a igualdade de direitos e de poder de decisão e a partilha geral de perdas e ganhos da comunidade entre todos os seus membros.

A questão que se coloca naturalmente é como a economia solidária pode se transformar de um modo de produção *intersticial*, inserido no capitalismo em função dos vácuos deixados pelo mesmo, numa forma *geral* de organizar a economia e a sociedade, que supere sua divisão em classes antagônicas e o jogo de gato e rato da competição universal. O que implica que os empreendimentos solidários, que hoje se encontram dispersos territorial e setorialmente, cada um competindo sozinho nos mercados em que vende e nos que compra, teriam que se agregar num todo economicamente consistente, capaz de oferecer a todos os que a desejassem a Oportunidade de trabalhar e viver cooperativamente.

A economia solidária teria que gerar sua própria dinâmica em vez de depender das contradições do modo dominante de produção para lhe abrir caminho. Não se pode excluir a possibilidade de que o capitalismo passe nas próximas décadas por uma fase de alta, com ganhos de consumo, produção e produtividade análogos aos dos 30 *anos dourados* da pós-Segunda Guerra Mundial. Nesta hipótese, o desemprego diminuiria, assim como a quantidade de empresas falidas e a massa dos socialmente excluídos. Estas fontes de crescimento da economia solidária sofreriam forte contração. Em compensação, as empresas solidárias já formadas teriam importantes estímulos de mercado para se expandir e diversificar, para não só crescer em tamanho mas se multiplicar, seja por subdivisão das cooperativas em expansão, seja pelo apoio das mesmas à criação de novas empresas solidárias. A partir de 1956, durante os *anos dourados*, o Complexo Cooperativo de Mondragón praticou todas estas modalidades de expansão.

A trajetória de Mondragón é uma clara demonstração de que isso poderá ser novamente possível, em qualquer país em que a economia solidária tenha se difundido. Seria imprescindível erguer um sistema de crédito cooperativo que desse suporte financeiro a esse crescimento e ao mesmo tempo incubasse os novos empreendimentos (como a Caja Laboral Popular de Mondragón tem feito sistematicamente). Outro pré-requisito seria construir um sistema de geração e difusão de conhecimento, para dar formação técnica e ideológica aos futuros integrantes da economia solidária.

Esta via de crescimento da economia solidária pode desembocar em duas formas muito distintas de relacionamento com a economia inclusiva, dominada pelo capital. Uma destas formas seria o *isolamento*: a economia solidária tenderia a constituir um todo auto-suficiente, protegido da competição das empresas capitalistas por uma demanda ideologicamente motivada - o chamado *cal/sI/mo solidário*, que dá preferência a bens e serviços produzidos por empreendimentos solidários. Já existe um movimento nesse sentido, promotor do comércio "justo" (*fair trade*) procura convencer o público de que deve comprar não em função do seu proveito individual (a melhor mercadoria em termos de preço e qualidade), mas em função do modo como bens e serviços são produzidos.

Euclides Mance (2000, p. 30) escreve:

"Consumir um produto que possui as mesmas qualidades que os similares - sendo ou não um pouco mais caro - ou um Produto que tenha uma qualidade um pouco inferior aos similares - embora seja também um pouco mais barato - com a finalidade indireta de *promover o bem-viver da coletividade* (manter empregos, reduzir jornadas de trabalho, preservar ecossistemas, garantir serviços públicos não-estatais etc.) é o que denominamos aqui como *consumo solidário*".

A partir desta fundamentação, Mance (2000, p. 32) abre a perspectiva da constituição de uma sociedade pós-capitalista:

"[...] os excluídos, isoladamente, não têm como competir com o capital. O fator preponderante até agora na permanência ativa destas novas unidades produtivas, precárias e de

pequenas proporções, é o consumo solidário que elas agenciam. Contudo, quando um movimento de redes integrar a todas, e elas se conectarem em cadeias produtivas, consumindo e produzindo prioritariamente para ampliar a própria rede, que se expande multiplicando-se em novas células, então um novo movimento de geração de riquezas se desenvolverá progressivamente, em razão da incorporação ao processo produtivo dos trabalhadores atualmente excluídos. A qualificação da produção e o aumento da produtividade permitirão uma progressiva redução da jornada laboral. E uma nova sociedade pós-capitalista estará surgindo, centrada não somente no consumo solidário, mas no consumo em razão do bem-viver".

Pela descrição do consumo solidário de Mance, fica claro que este oferece uma margem limitada de proteção às mercadorias produzidas pelos excluídos, pois para poderem ser vendidas elas podem ser apenas "um pouco" mais caras ou "um pouco" inferiores em qualidade. É fácil perceber que, se a distância entre preço e qualidade da produção capitalista e da produção solidária for mais do que "um pouco", a quantidade de mercadorias compradas solidariamente cai rapidamente, pois apenas um punhado de consumidores solidários ricos e caridosos se disporia a adquiri-las.

Além disso, se a maioria dos que praticam consumo solidário for constituída pelos próprios trabalhadores das cooperativas autogeridas, o seu limitado poder aquisitivo impede que o consumo solidário seja mais do que uma fração irrisória do consumo total. O que implica que *os empreendimentos solidários precisariam vender o grosso de suas mercadorias a consumidores que não vão lhes dar preferência por solidariedade*. Eles seriam, pois, obrigados a competir diretamente com firmas capitalistas, em termos de preço e qualidade.

Sem dúvida há um esforço militante por parte de paróquias e dioceses da Igreja para promover o consumo solidário por parte dos fiéis, mas os resultados são medíocres, ajulgar pelo fato de que a maioria das unidades solidárias de produção, que dependem do mercado solidário, se mostra incapaz de crescer e de elevar sua produtividade ao patamar da produtividade média das empresas capitalistas. Daí se segue o principal argumento contra a proposta de consumo solidário: *ao proteger pequenas unidades solidárias de produção, o consumo solidário lhes poupa a necessidade de se atualizar tecnicamente, levando-as a se acomodar numa situação de inferioridade, em que ficam vegetando*.

A proposta de isolar a economia solidária do seu entorno capitalista só adquiriria efetividade, no sentido de propiciar o surgimento de uma sociedade pós-capitalista, se as unidades produtivas e as comunidades de compras solidárias se integrassem em rede e desenvolvessem padrões de consumo consideravelmente diferentes dos prevalentes na economia capitalista. Prenúncio de algo assim poderia ser a recusa das comunidades, que se opõem ao capitalismo, de consumir produtos transgênicos e de sua preferência por alimentos provenientes da agricultura orgânica. O estilo de vida de tais comunidades favorece o consumo de produtos artesanais e *étnicos* e o uso de serviços que não produzem emissões de gases que possam agravar o efeito estufa. Não obstante, esta

diferenciação do consumo é restrita demais para constituir um padrão distinto do capitalista. Os membros dessas comunidades participam das modalidades de consumo habituais, exceto as acima mencionadas.

Se a grande maioria do público se mantiver nos padrões de consumo desenvolvidos sob a égide do grande capital, como até agora tem feito, os empreendimentos solidários terão de se tornar realmente competitivos. E mesmo se determinados produtos *alternativos* acabarem se tornando objeto de consumo de massa (como os *blue-jeans* nos anos 60, por exemplo), nada impedirá o surgimento de empresas capitalistas que os produzirão com máxima produtividade e os venderão a preços mínimos, para tomar o mercado das cooperativas e das unidades familiares de produção.

Então a forma mais provável de crescimento da economia solidária será continuar integrando mercados em que compete tanto com empresas capitalistas como com outros modos de produção, do próprio país e de outros países. O consumo solidário poderá ser um fator de sustentação de algumas empresas solidárias, do mesmo modo como o são os clubes de troca. Mas a economia solidária só se tornará uma alternativa superior ao capitalismo quando ela puder oferecer a parcelas crescentes de toda a população oportunidades concretas de auto-sustento, *usufruindo o mesmo bem-estar médio que o emprego assalariado proporciona*. Em outras palavras, para que a economia solidária se transforme de paliativo dos males do capitalismo em competidor do mesmo, ela terá de alcançar níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias comparáveis aos da economia capitalista e de outros modos de produção, mediante o apoio de serviços financeiro e científico-tecnológico solidário.

Atualmente, a maioria dos empreendimentos solidários é de caráter intersticial. Surgiram como respostas a crises nas empresas, ao desemprego e à exclusão social. Mas, em determinadas regiões, a economia solidária atingiu densidade tal que domina a vida econômica e pauta a sua expansão. Mondragón é o exemplo mais acabado, mas no mesmo contexto cabe citar Emilia Romana na Itália, Québec no Canadá, Grande Buenos Aires na Argentina (em que prevalecem clubes de troca), o Grameen Bank em Bangladesh e, quem sabe, nos próximos anos a região de Catende, no sul da Zona da Mata pernambucana, onde a maior agroindústria açucareira da América Latina se encontra em autogestão desde 1995.

No Brasil, a reinvenção da economia solidária é recente, mas apresenta grande vigor e notável criatividade institucional. São invenções brasileiras a Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e de Participação Acionária (Anteag), que já orientou a conversão de centenas de empresas em crise em cooperativas, e as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS) inseridas em universidades, das quais 13 formam uma rede e outras tantas desenvolvem atividades análogas ligadas à Fundação Unitrabalho, integrada por mais de 80 universidades de todo o país. As incubadoras organizam comunidades periféricas em cooperativas mediante a incubação, um complexo processo de formação pelo qual as práticas tradicionais de solidariedade se transformam em instrumentos de emancipação.

### **Economia Solidária no Brasil**

O cooperativismo chegou ao Brasil no começo do século XX trazido pelos emigrantes europeus. Tomou principalmente a forma de cooperativas de consumo nas cidades e de cooperativas agrícolas no campo. As cooperativas de consumo eram em geral por empresa e serviam para proteger os trabalhadores dos rigores da carestia. Nas décadas mais recentes, as grandes redes de hipermercados conquistaram os mercados e provocaram o fechamento da maioria das cooperativas de consumo. As cooperativas agrícolas se expandiram e algumas se transformaram em grandes empreendimentos agroindustriais e comerciais. Mas nenhuma destas cooperativas era ou é autogestionária. Sua direção e as pessoas que as operam são assalariadas, tanto nas cooperativas de consumo como nas de compras e vendas agrícolas. Por isso não se pode considerá-las parte da economia solidária.

Com a crise social das décadas perdidas de 1980 e de 1990, em que o país se desindustrializou, milhões de postos de trabalho foram perdidos, acarretando desemprego em massa e acentuada exclusão social, a economia solidária reviveu no Brasil. Ela assumiu em geral a forma de cooperativa ou associação produtiva, sob diferentes modalidades mas sempre autogestionárias, de que trataremos resumidamente a seguir.

Ainda nos 1980, a Cáritas, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), financiou milhares de pequenos projetos denominados PACS, Projetos Alternativos Comunitários. Uma boa parte dos PACs destinava-se a gerar trabalho e renda de forma associada para moradores das periferias pobres de nossas metrópoles e da zona rural das diferentes regiões do país. Uma boa parte dos PACs acabou se transformando em unidades de economia solidária, alguns dependentes ainda da ajuda caritativa das comunidades de fiéis, outros conseguindo se consolidar economicamente mediante a venda de sua produção no mercado. Há PACS em assentamentos de reforma agrária liderados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), confluindo com o cooperativismo agrícola criado pelos trabalhadores sem-terra.

Outra modalidade foi a tomada de empresas falidas ou em via de falir pelos seus trabalhadores, que as ressuscitam como cooperativas autogestionárias. Foi uma forma encontrada pelos trabalhadores de se defender da hecatombe industrial, preservando os seus postos de trabalho e se transformando em seus próprios patrões. Após casos isolados na década de 1980, o movimento começou em 1991 com a falência da empresa calçadista Makerli, de Franca (SP), que deu lugar à criação da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag), à qual estão hoje filiadas mais de uma centena de cooperativas. A mesma atividade de fomento e apoio à transformação de empresas em crise em cooperativas de seus trabalhadores é

desenvolvida pela União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL).

O MST conseguiu assentar centenas de milhares de famílias em terras desapropriadas de latifúndios improdutivos. O movimento decidiu que promoveria a agricultura sob a forma de cooperativas autogestionárias, dando lugar a outra modalidade de economia solidária no Brasil. Para realizar isso, "criou em 1989 e 1990 o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA). Passados dez anos de sua organização, o SCA conta com 86 cooperativas distribuídas em diversos estados brasileiros, divididas em três formas principais em primeiro nível: Cooperativas de Produção Agropecuária, Cooperativas de Prestação de Serviços e Cooperativas de Crédito"<sup>1</sup>.

Um outro componente da economia solidária no Brasil é formado pelas cooperativas e grupos de produção associada, incubados por entidades universitárias, que se denominam Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPS). As ITCPS são multidisciplinares, integradas por professores, alunos de graduação e pós-graduação e funcionários, pertencentes às mais diferentes áreas do saber. Elas atendem grupos comunitários que desejam trabalhar e produzir em conjunto, dando-lhes formação em cooperativismo e economia solidária e apoio técnico, logístico e jurídico para que possam viabilizar seus empreendimentos autogestionários.

Desde 1999, as ITCPS constituíram uma rede, que se reúne periodicamente para trocar experiências, aprimorar a metodologia de incubação e se posicionar dentro do movimento nacional de economia solidária. No mesmo ano, a rede se filiou à Fundação Unitrabalho, que reúne mais de 80 universidades e presta serviços, nas mais diferentes áreas, ao movimento operário. A Unitrabalho desenvolve desde 1997 um programa de estudos e pesquisas sobre economia solidária. Um crescente número de núcleos da Unitrabalho em universidades acompanha e assiste às cooperativas, numa atividade que, sob muitos aspectos, se assemelha às das ITCPS.

Prefeituras de diversas cidades e alguns governos de estados têm contratado ITCPS, a Anteag, a UNISOL e outras entidades de fomento da economia solidária para capacitar beneficiados por programas de renda mínima, frentes de trabalho e outros programas congêneres. O objetivo é usar a assistência social como via de acesso para combater efetivamente a pobreza mediante a organização dos que o desejarem em formas variadas de produção associada, que lhes permita alcançar o auto-sustento mediante seu próprio esforço produtivo.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), a maior central sindical brasileira, criou em 1999, em parceria com a Unitrabalho e o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS). A ADS vem difundindo conhecimentos sobre a economia solidária entre lideranças sindicais e militantes de entidades de

fomento da economia solidária, por meio de cursos pós-graduados em várias universidades, em parceria com a Unitrabalho. Uma de suas atividades prioritárias é a criação de cooperativas de crédito com o objetivo de estabelecer uma rede nacional de crédito solidário, em parceria com o Rabobank, importante banco cooperativo holandês.

Por ocasião do primeiro Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre em 2001, foi lançada a Rede Brasileira de Sócio-Economia Solidária, integrada por diversas entidades de fomento da economia solidária de todo o país. É uma rede eletrônica que enseja o intercâmbio de notícias e opiniões e está se transformando também em rede eletrônica de intercâmbio comercial entre cooperativas e associações produtivas e de consumidores.

Este quadro sintético da economia solidária no Brasil é incompleto, pois se restringe às informações disponíveis no momento (fevereiro de 2002). É muito provável que outras iniciativas de economia solidária estejam se desenvolvendo no vasto território de nosso país.

Nota:

FERREIRA, Elenar. "A cooperação no MST: da luta pela terra à gestão coletiva dos meios de produção." In SINGER e SOUZA (org.). *Economia Solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Editora Contexto, 2000.

## 6. Territorialidade

### Desenvolvimento Territorial

O Desenvolvimento Territorial é a combinação de políticas governamentais descendentes com iniciativas de desenvolvimento endógeno. Trata-se de um desenvolvimento local baseado na participação da sociedade civil. Objetiva promover o planejamento, a implementação e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e a dinamização da sua economia. O Desenvolvimento Territorial apoia-se na formação de uma rede de atores trabalhando para a valorização de atributos de uma certa região. Sendo o Território a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizadas e convertidas em um trunfo crucial para o estabelecimento de iniciativas voltadas para o desenvolvimento.

Marcelo Miná Dias – Universidade Federal de Viçosa/MG.

Território: espaço físico (conjunto de municípios), socialmente construído, geralmente contínuo, que compreende *cidade e campo*, caracterizado por critérios multidimensionais (ambiente, economia, cultura, política, sociedade, instituições) e uma população com *grupos sociais relativamente distintos*, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se distingue um ou mais elementos de identidade e coesão social, cultural e territorial.

Desenvolvimento Territorial: uma estratégia nova no planejamento da política pública brasileira que permite às populações dos territórios participarem da gestão e controle das políticas públicas na perspectiva da sustentabilidade.

### Diversas Territorialidades

A qualidade dos territórios se expressa de modo diverso: Territórios em que já há economia relativamente estruturada, tecido social minimamente articulado e atores sociais capacitados a agir coletivamente, como também, territórios em que estas condições ainda não existem, predominando economia desestruturada, situações de pobreza e atores sociais desorganizados, incapacitados a agir coletivamente.

As distintas territorialidades demandam diferentes ações de intervenção (Estado, mercado, organizações da sociedade civil) para afirmar e fazer-valer intenções e projetos de desenvolvimento. Onde temos territorialidades bem estruturadas a partir de identidades mercantis, organizativas e culturais, chamam a atenção de agentes do mercado e do Estado, que buscam “dinamizar a economia” já relativamente estruturada, apoiando-se no capital social já existente, como também, territorialidades pouco estruturadas a partir dos valores modernos ou modernizados expressam as mazelas das situações de insegurança

econômica/pobreza e tendem a permanecer à margem do desenvolvimento capitalista. Essas territorialidades demandam ação governamental e das organizações da sociedade civil para construir capacidades locais para superar tais situações de insegurança e pobreza.

Em ambos os casos, a territorialização do desenvolvimento tem a ver com o apoio e fortalecimento da capacidade de protagonismo dos agricultores familiares, em suas organizações, na construção de significados e sentidos sobre o tipo de desenvolvimento que valorizam ou querem valorizar.

Enfoque sobre os Territórios da Cidadania. Disponível em

[www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/xowiki/oprograma](http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/xowiki/oprograma)

O Governo Federal lançou, em 2008, o Programa Territórios da Cidadania.

Os Territórios da Cidadania tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção dessa estratégia.

### **6.1 – Desenvolvimento**

Sen (1999) apresenta duas visões antagônicas do desenvolvimento, utilizadas tanto por economistas profissionais como pela opinião pública. A primeira delas sustenta que o desenvolvimento é um processo violento, sofrido, envolvido inevitavelmente em “sangue, suor e lágrimas”, no qual o desafio de acumular riquezas o mais rapidamente possível pode impingir até o sacrifício imediato do bem-estar. Na segunda o desenvolvimento deve ser um processo “essencialmente amigável” e “pode ser exemplificado por trocas benéficas de coisas, ou pelo trabalho de redes de segurança social, ou por liberdade política ou por desenvolvimento social – ou a combinação dessas atividades de apoio”. Seu conceito mais enxuto e belo apresenta o desenvolvimento como “o aumento da capacidade de os indivíduos fazerem escolhas”.

É importante ressaltar que conceitos recentes sobre desenvolvimento, acrescentam elementos da sustentabilidade, o que necessariamente quebra a frieza econômica considerando o social, a cultura e o meio ambiente.

### **6.2 – Território**

O período de surgimento do conceito de território tem por base as formulações de Friedrich Ratzel, no contexto histórico da unificação alemã em 1871, e concomitante à institucionalização da geografia como disciplina nas universidades européias. O território, para ele, é uma parcela da superfície terrestre apropriada por um grupo humano, coletividade esta que teria uma necessidade imperativa de um território com recursos naturais suficientes para sua população, recursos que seriam utilizados a partir das capacidades tecnológicas existentes. E, mais importante, o conceito de território ratzeliano tem por referencial o Estado.

Para Souza (1995), o território é produto da interação do homem-espaço, primeiramente transformando a natureza (espaço natural) pelo trabalho e depois criando continuamente valor ao modificar e retrabalhar o espaço social que, a partir daí, é também um espaço econômico, porque valorizado.

Cirad-Sar (1996), na nova perspectiva, território não é um simples suporte físico das atividades econômicas ou um quadro de localização dos agentes. “Ele é um espaço construído historicamente e socialmente, no qual a eficiência das atividades econômicas é intensamente condicionada pelos laços de proximidade e pelo fato de pertencer a esse espaço. O território é então um resultado e não um dado”. Por isso, fala-se de “construção de territórios” a partir das estratégias de atores envolvidos e de mecanismos de aprendizagem coletiva, quer dizer, a aquisição de conhecimentos, de informações comuns, por meio da prática ou da experiência coletiva. A ideia central da abordagem territorial do desenvolvimento é a preocupação pela integração e pela coordenação entre as atividades, os recursos e os atores, por oposição a enfoques setoriais ou corporativistas que separam o urbano do rural, e o agrícola do industrial (a universidade do ensino básico, a pesquisa da extensão, etc.).

Para Abramovay (1998), “um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico”.

De fato, mesmo no sentido acadêmico, espaço e território são termos muitas vezes confundidos. Primeiro, porque a “nova Geografia” integrou uma forte dimensão humana; segundo, porque houve uma diversificação do uso do termo território, passando da Etologia para a Ecologia, da Administração para a Economia, da Etnologia para a Sociologia. Para Brunet (1990), o espaço é uma construção social: “o espaço é um produto das sociedades, que se transforma em instrumento e meio da própria reprodução”.

É um espaço geográfico construído socialmente, marcado culturalmente e delimitado institucionalmente (Chia, citado por Di Meo, 1995).

Para a Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, o conceito de território pode ser entendido como espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (SDT, 2005).

Assim sendo, não se trata de propor um esquema de co-administração entre o público e o privado, o qual não se compadece com a responsabilidade irrenunciável do Estado, mas de estabelecer sistemas que permitam que a oferta de políticas públicas tenha melhor vínculo com as demandas dos indivíduos das mais diversas categorias da sociedade.

### 6.3 – Desenvolvimento Territorial

O desenvolvimento rural no Brasil moderno é tema em debate na comunidade acadêmica, entre militantes de movimentos e organizações sociais e entre responsáveis pelas políticas públicas voltadas para a agricultura e o meio rural. Esse debate tem inclinações para o desenvolvimento territorial, que lança um olhar em maior escala social, considerando todos os indivíduos da sociedade, rural e urbano, e as dinâmicas econômicas, sociais e ambientais das relações destes, buscando alternativas sustentáveis que garantam melhor qualidade de vida.

Em todos os países onde a agricultura tem um peso considerável na vida social e econômica, parece haver um consenso de que há uma crise no meio rural. Considerando-se a trajetória decrescente da renda agrícola em todos os países do mundo e o conseqüente abandono da atividade agrícola por um grande número de agricultores, passa a existir um crescente interesse em promover a diversificação das fontes de renda das famílias agrícolas, tanto por parte do Estado quanto das próprias famílias.

Assim, para o desenvolvimento de algumas regiões, o investimento na produção agrícola continua a ser estratégico, não só por causa da renda propriamente agrícola, mas também pela demanda por outros tipos de atividade, como prestação de serviços, instalação de pequenas agroindústrias de processamento ou de embalagem, que criam uma dinâmica adequada àquela realidade. Nessa direção, uma série de produtos necessita hoje refletir a aplicação de trabalho local com determinadas habilidades, que façam um paralelo entre nichos de mercados e produção para o mercado de massa.

O enfoque do desenvolvimento territorial considera sobretudo a valorização coletiva e negociada das potencialidades das localidades, das coletividades ou das regiões, chamadas de atributos locais ou de ativos específicos.

Para SDT o desenvolvimento territorial está baseado no paradigma da sustentabilidade, portanto embasada na gestão social como elemento central da sustentabilidade das transformações pretendidas, o que implica na ampliação dos níveis das capacidades humanas, sociais e organizacionais do território. O desenvolvimento territorial é visto como o resultado de um complexo processo, multidimensional e multisetorial, que combina roteiros técnicos, políticos e sociais, resultando na crescente inclusão dos atores às ações que produzam maior autonomia do território sobre suas múltiplas dimensões, sendo eles considerados gestores e sujeitos do desenvolvimento.